



Anais da Assembléia

Nº 58

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kiele - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA AUDIÊNCIA DO
SENHOR MINISTRO DA AGRICULTURA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1995**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Buenò, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dufílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O,

conforme Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, aprovado por unanimidade nesta Casa, e atendendo o que determina os Artigos 98 e 99 do Regimento Interno, a presente Sessão seja transformada em Comissão Geral para audiência do Senhor Ministro da Agricultura, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do vice-Prefeito de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão Especial onde vamos ouvir o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, a convite do Deputado Antônio Belinati, endossado por todo Plenário.

Fará uma exposição como introdução da sua presença nesta Casa.

Com a palavra o Senhor Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Ilustre Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, Senhor Secretário da Agricultura - Hermas Brandão, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Empresários.

Tendo em vista que acabei de fazer uma explanação de ordem mais geral aos empresários, vou me restringir a comentar um pouco sobre os planos futuros do ministério, considerando que me tornaria muito repetitivo a título de lembrança, ressaltaria um ponto que passa despercebido para a maioria das pessoas, de que esta insatisfação na área rural brasileira com os preços dos produtos, com os custos não é em função tanto dos problemas propriamente da agricultura. Mas é fruto da política econômica que afeta, também, a indústria e o comércio. Hoje a situação geral é realmente de poucas vendas, de custos elevados, de baixa rentabilidade.

Então não é uma questão que esteja afetando exclusivamente a agricultura. Isto vem agravar o quadro agrícola e muitas vezes mascarando o problema da agricultura ou jogando tudo na vala comum de que está tudo ruim quando não é exatamente isso. A política austera implementada nos últimos 60 dias e com vistas a resumir o consumo, que estava extremamente elevado, fez com que toda economia de modo geral, não só na área rural, apresente aspectos bastante negativos.

Então para não me alongar muito na análise dos problemas que estamos vivendo, que culminaram com este acordo no Congresso Nacional que eu espero tenha contribuído para apresentar uma solução razoável para o problema, obviamente que não vai transformar esse processo de perder em ganhos - num passe de mágica, mas viabiliza o setor criando condições para que ele tenha continuidade na sua atividade.

Queria reforçar dentro dos programas que estamos pretendendo desenvolver na área rural, o de mais ênfase será na Secretaria de Desenvolvimento Rural. Nós estamos acabando de elaborar um programa para levar aos municípios onde tenha predominância a pequena propriedade: que seja considerada de baixa produtividade com o apoio técnico e de alguns recursos para melhorar a produtividade desses municípios. Aqui no Paraná nós temos uma centena deles que se enquadrará nesse programa, tanto aqui no sul, Sudoeste como no Norte Pioneiro, principalmente, no Noroeste também tem alguns, no Centro do Paraná outros tantos. São municípios onde predomina o minifúndio. Estou dando exemplos do Paraná mas o programa é para o Brasil todo. Neste primeiro ano que faltam apenas 6 meses de julho em diante, nós pretendemos atingir um mínimo de uns 300 municípios no Brasil e já a partir do ano passar para mais de 500 municípios, levar o programa para mais de 500 municípios e nos últimos dois anos de governo alcançarmos de 1500 a 2000 municípios com esse programa.

Diria que é a primeira vez que se faz

no Brasil um programa a nível de Ministério da Agricultura para realmente levar um apoio técnico e de desenvolvimento rural e de recursos para esses municípios. Para exemplificar, tem muitos municípios hoje aqui no Paraná que tem a Secretaria da Agricultura e que tem programa de desenvolvimento rural. Então, nós não vamos propor nada de milagroso. O que nós estamos propondo é apoiar esses programas. Quer dizer, nós não vamos inventar chifre em cabeça de cavalo. Nós queremos somar esforços com aquelas Prefeituras que já estão fazendo um esforço no sentido de melhorar a produtividade da sua região. Então, nós vamos ajudar a definir melhor a vocação agrícola, a fornecer sementes mais adequadas, quais os insumos mais apropriados e se possível patrulhas mecanizadas ou algum tipo de recurso que contribua para acelerar esses programas.

Para as Prefeituras que não têm a Secretaria de Agricultura e que não tem nenhum programa de desenvolvimento rural, nós queremos dar o apoio para que elas façam os seus programas. Quer dizer, nós não vamos fazer nada centralizado a nível municipal, fortalecendo os programas regionais e por isso eu acredito que terá um grande sucesso e que sendo centenas de programas a repercussão será muito grande, os benefícios serão muito grandes, porque não será um programa a partir do Ministério para os municípios, mas serão centenas de programas desenvolvidos pelos municípios com o Ministério apenas apoiando Conselhos Municipais de desenvolvimento ou associações municipais ou mesmo cooperativas de produção que reúnam esses produtores.

Outro ponto que tem sido muito debatido e muito questionado é a questão da reforma agrária. Nós já nos três primeiros meses do ano conseguimos formalizar projetos para levar ao Presidente da República, indicando um milhão de hectares improdutivos para efeito de desapropriação. Esse processo está em curso, em andamento, está sendo bastante agilizado e nós esperamos já a partir do segundo semestre poder dar início ao assentamento efetivo nessas áreas que já estão com processo de desapropriação em curso. Temos também alguns projetos sendo elaborados para a área do Mato Grosso, do Pará e do Piauí que é algo além da reforma agrária propriamente dita. Programas de colonização em áreas do próprio Governo ou a serem desapropriadas onde para aumentar os recursos disponíveis parte dos projetos seriam comercializados e parte dos projetos, até para viabilizar os projetos seriam via assentamento pelo INCRA.

Outro dia fui criticado aí por alguma Liderança neste sentido, mas é o que co-

mentei há pouco na outra reunião que tivemos: produzir no Brasil é fácil, mas vender para quem? Então a questão dos assentamentos, principalmente no norte, nordeste, ele tem que ser feito próximo a centros de consumo e se há assentamentos longe de centros de consumo nós temos que estimular a formação de cidades, expansão de vilas que já existem para que se tornem centros de consumo para que possa haver uma comercialização mais fácil da produção dos assentamentos. Quer dizer, imaginar que vai se assentar como foi feito no passado na Transamazônica ou naquelas regiões fronteiriças, promover assentamento em áreas pequenas e depois comercializar a produção desses lugares é um sonho que não vai se realizar, é um volume de produção pequeno que não justifica, ou teria grandes dificuldades para a manutenção de transportes regulares ou mesmo de estradas regulares, a região que chove excessivamente, então é preciso conciliar isto com centros urbanos capazes de dar sustentação para a manutenção das estradas e para o consumo local. Então na questão da reforma agrária nós imaginamos trabalhar neste sentido.

A questão da CONAB que recuperou dezenas de armazéns que estavam danificados, em estado de deterioração e que estão hoje em pleno funcionamento. A questão da política agrícola, está altamente vinculada à política econômica e nós só poderemos realmente estabelecer uma política adequada para os diversos produtos que exigem uma definição de política de médio e longo prazo na medida em que se alcance a estabilização da moeda e que se tenha um zoneamento agrícola definido para a produção desses produtos.

Então em linhas gerais, era isso que queria apresentar e me coloco à disposição dos Senhores Deputados, dos Senhores empresários para responder as perguntas que desejarem formular.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Belinati para a saudação ao Ministro.

O SR. ANTONIO BELINATI - Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa; Ministro José de Andrade Vieira; Secretário da Agricultura, nosso colega Hermas Brandão; nossos colegas da Assembléia Legislativa; Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Luiz Carlos Alborghetti; José Gomes de Carvalho, Carvalhinho, vice-Prefeito de Curitiba, Sr. Manoel Güi, Presidente da Associação Comercial, colegas Deputados e convidados.

Quero, Sr. Ministro José Eduardo, agradecer a V.Exa. por ter atendido o convite formulado pela Assembléia Legislativa dentro de um requerimento de nossa autoria que foi aprovado por unanimidade. E hoje, Ministro José Eduardo estou podendo até avaliar já nesses primeiros minutos da presença de V.Exa., aqui no nosso Plenário do respeito que esta Casa tem por V.Exa., estou olhando aqui há um comparecimento maciço de parlamentares de todas as bancadas. É sabido que o Deputado muitas vezes não está no Plenário mas está muitas vezes numa secretaria, no gabinete atendendo aos Prefeitos, atendendo as pessoas do interior que procuram o Deputado para encaminhar suas reivindicações. E hoje eu creio que muitos Prefeitos vão ter que aguardar o encerramento do pronunciamento do Ministro para poder contar com essa atividade do Deputado que representa o Município.

Sr. Presidente Anibal Khury, gostaria ao saudar o Ministro de lembrar o seguinte, que uma grande parcela do povo nem sempre vê com simpatia a figura do banqueiro, às vezes até vê com um certo temor, certo pânico, com certo medo a figura do banqueiro. O Ministro José Eduardo na sua função de banqueiro ele conseguiu quebrar esse gelo, esse distanciamento que havia. Eu me lembro Ministro que a televisão já chegou a mostrar gente até da favela que disse, "olha, Ministro é gente como nós".

O Ministro José Eduardo quando procurado por prefeitos, por vereadores, o que tem de gente que eu encontro neste Paraná que diz da gratidão ao Zé Eduardo, é freira, é pastor, é dirigente de asilo, que diz que o asilo ia fechar se não fosse o Zé Eduardo, a creche não ia atender mais ninguém se o Zé Eduardo tivesse negado apoio. Mas isso a gente encontra em todos os pontos do Paraná, não apenas na creche, no asilo, no orfanato, no campo educacional, no campo da cultura, mas eu vejo até algumas Prefeituras como a de Londrina em que o Ministro José Eduardo, tinha um Ginásio de esporte que estava todo deteriorado, o Alborghetti conhece, o Deputado José Tavares também, esse ginásio de esportes pode ser remodelado e voltou a poder ser usado pela população.

Então, Presidente Anibal Khury, fazendo esse paralelo da atividade do homem, do paranaense José Eduardo, nós queremos Ministro, sobretudo nesta hora em que a gente vê as aflições do Brasil, vivendo momentos de expectativa, para se consolidar o Plano Real, eu quero louvar o esforço do Ministro José Eduardo, dialogando com pecuaristas, com agricultores. Estava ouvindo rádio e o avicultor dizia: "Pois é, o ovo custa R\$ 0,50. A gente só vende por

R\$ 0,30." É o produtor do milho que reclama, é o agricultor que reclama, mas eu pude outro dia, na posse do novo Superintendente do INCRA no Paraná, ver um testemunho interessante e eu vi que o Ministro se emocionou, quando o Delegado Federal do Ministério da Agricultura dizia que o último Ministro que veio visitar esta Delegacia, sendo o Paraná, um dos maiores celeiros agrícolas deste mundo, o último Ministro que veio visitar esta Delegacia, foi há 14 anos atrás e hoje estava de volta o Ministro José Eduardo, dialogando com os avicultores.

Quero, Ministro, pedir que Deus continue a abençoá-lo, dando sabedoria, dando energia para ter esta disposição de em uma hora estar no Paraná, depois no Rio Grande, depois no nordeste. Às vezes, indo ao exterior em busca dos interesses do país, e sobretudo, Presidente Anibal Khury, para registrar uma coisa que eu acho fantástica, reafirmar aquilo que já dissemos aqui na Assembléia, que é exatamente um paranaense, o Ministro José Eduardo, que está implantando no Brasil aquilo que eu fiz questão de dizer que eu ouvia quando usava calça curta, desde garoto, ouvia falar na tal Reforma Agrária, parecia uma griffe, ficava discurso, entra governo, saía governo.

Nos palanques eleitorais, sempre se apregoando a propalada Reforma Agrária, que ficava no discurso e na teoria e está sendo um paranaense, o Ministro José Eduardo que está fazendo aquilo que os políticos da "esquerda" gostariam que fosse implantado no Brasil, que é a Reforma Agrária da terra para quem quer plantar, para produzir, para ajudar a alimentar o nosso país, o nosso mundo, o Planeta Terra.

O ministro conhece melhor do que esse parlamentar os levantamentos: há no Planeta Terra, 10% da humanidade, morrendo de fome, não que sejam mal alimentados ou subnutridos. Morrendo efetivamente de fome, por falta de alimentos e o Brasil senhor Ministro, tendo os maiores rios de água doce, tendo minério, petróleo, calcário, tendo tantas riquezas, tendo a terra mais fértil do mundo, o nosso país pode ajudar muito a eliminar a fome daqui e a ajudar também a levar esse alimento que falta na mesa de milhões de irmãos que estão em outras partes do nosso Planeta Terra.

Então, Ministro, reafirmando a admiração e o carinho por esta coragem do nosso irmão paranaense José Eduardo, de fazer a reforma agrária, tão necessária pelo nosso país, porque entendemos Ministro, ser um absurdo a gente ver aquela competitividade de gente dizendo: "Bom, comprei 5 mil alqueires de terra em Rondônia e vieram ou-

tros que compraram 5 mil, eu vou comprar 8 mil". Aí compra a terra, não planta um pé de alface, não planta um feijão, não planta arroz, deixa a terra parada. É isso o que é preciso, Ministro. Movimentar esta terra, dar plantio, porque nós precisamos da produção de alimentos.

Tenha V.Exa. o nosso carinho, o nosso apoio e a certeza de que essa Assembléia Legislativa vive hoje um dos momentos mais importantes da sua história, com a presença de V.Exa., que vem aqui, num gesto democrático, falar, ouvir e responder as indagações dos nossos colegas Deputados.

Ministro, tenho certeza que o Paraná torce por V.Exa. e terminando: Ministro, um desejo, não se curve diante daqueles maus brasileiros, como a imprensa tem mostrado, os grandes caloteiros do Brasil, que estão lá tentando minar, sugar e acabar com o Banco do Brasil e que ficam, de maneira maquiavélica, tentando, por todos os meios, enfraquecer o trabalho do Ministro José Eduardo. O Paraná tem o dever, tem a responsabilidade de estar ao lado e de ajudar a fortalecer a presença do Ministro José Eduardo, porque o Zé Eduardo em Brasília é uma grande porta do Paraná no Governo Federal.

Seja feliz, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia está realizando sessão com a presença do Ministro José Eduardo e também nós convidamos os empresários que estavam numa reunião no Plenarinho com o Ministro para assistirem esta sessão, e também - se quiserem - fazer perguntas ao Sr. Ministro vamos adotar o critério de 5 minutos para cada pergunta e igual resposta para o Ministro.

Vamos fazer a primeira chamada com os Deputados e em seguida os empresários.

Primeiro Deputado inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente Deputado Anibal Khury, Sr. Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, Deputados, Hermas Brandão, Secretário da Agricultura, demais autoridades presentes.

Sr. Ministro, nós aqui, nesta Casa, temos constantemente debatido essa questão da agricultura. Não obstante até porque inúmeros Deputados, aqui representam o interior do Estado. Ligação muito estreita com nossos agricultores, o que fazemos, particularmente através da Comissão de Agricultura - razão pela qual sou Presidente e honrosamente escolhido por meus Pares. E, também, fruto das visitas dos nossos companheiros do interior, ouvimos o clamor da população rural.

V.Exa. é sabedor da situação da nossa agricultura principalmente nos últimos

tempos. Sabemos do seu esforço frente ao Ministério para que tivéssemos lá, colocando, pelo menos uma política de comercialização. Sabemos do seu esforço com relação ao financiamento para o custeio da safra. Mas nos deparamos com uma realidade que na última safra de milho, por exemplo, nosso agricultor vendeu a sua produção - principalmente o pequeno agricultor a um preço muito barato.

Estávamos diante de uma situação difícil, porque os financiamentos foram indexados pela TR, razão pelo qual os produtores reclamavam que o seu produto não recebeu a correção do preço conforme esse indexador que foi colocado nos financiamentos. E assistimos também o embate, Ministro, que V.Exa. como representante não só do Paraná mas dos agricultores do país, teve no sentido de que nós tivéssemos do Presidente da República e da área econômica do governo a garantia de recursos para o custeio da próxima safra com juros baixos em equivalência/produto até um determinado nível. E também com taxas mais baratas aos médios produtores. Mas nos causa preocupação até porque na penúltima "Veja", se não me falha a memória, vinha estampado lá de que muitos grandes produtores deste país estavam devendo ao Banco do Brasil razão pela qual o nosso crédito teria dificuldades para chegar aos nossos agricultores tendo em vista a situação econômica do País.

Afora essa questão do custeio e considerando o esforço de V.Exa. gostaria de perguntar se há possibilidade de juntamente com os governos estaduais, formular uma política que possa, além do custeio, praticar um investimento nessa forma de parceria. Com essas mesmas taxas de juros baixos, ou equivalência produto. Nós sabemos que a situação do nosso agricultor é uma situação pré-falimentar. Porque ele não tem a condição, principalmente o pequeno agricultor de investir na sua propriedade, de dar um giro na sua produção, de ter a condição de aplicar o seu calçário, a despeito, está aqui o Secretário Hermas Brandão que representa o Governo do Estado na área da agricultura, de o Governo ter se esforçado no sentido de proporcionar esta possibilidade.

Então, agradecendo esta possibilidade de conversarmos aqui com V.Exa. que honrosamente comparece a esta Assembléia, nós gostaríamos de pedir se há a possibilidade de neste sentido, através do Governo Federal, através da sua pasta de nós termos uma política agrícola desenhada pelo menos a médio prazo para que possa dar a segurança para que o nosso produtor possa continuar produzindo. Nós estamos vendo agora, por exemplo, já prestes a encerrar o prazo de plantio do trigo, da situação em

que se encontram os nossos produtores e eu neste último final de semana em que me encontrava na região de Pato Branco, região que represento, a preocupação de agricultores de que nesse entendimento que teve o Governo Federal não entrou, por exemplo, a cultura da soja e os nossos agricultores ficaram sem ter na verdade uma alternativa neste sentido. Gostaria que o senhor - já ampliando aí o seu esforço - para que pudessemos ter então a médio prazo esta possibilidade de dar a esses produtores do Paraná esta possibilidade.

Era esta pergunta.

Obrigado.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Nobre Deputado Augustinho Zucchi, coloca muito bem a situação angustiante que passou o produtor agrícola nacional, mas a situação da agricultura ela se diferencia muito de um Estado para outro, de uma região para outra. O Rio Grande do Sul apresenta uma situação diferente da de Santa Catarina, que por sua vez é diferente da do Paraná e que tem grandes diferenças para a agricultura do Mato Grosso, região centro-norte, que por sua vez tem diferenças grandes do sudoeste da Bahia, do sul do Maranhão e etc. então nós não podemos jogar isto tudo dentro do mesmo pacote.

Os custos de cada região dessas são bastante diferentes, a época de plantio, a questão da TR que foi a alegação maior para os problemas de custo enfrentados por esta safra, também não atingem igualmente a todos os produtores, porque quem fez o custeio em setembro tem um custo bem maior do que quem fez o custeio em novembro a dezembro e dependendo da época de plantio essas operações tem essa diferença de data, de tomada dos recursos de custeio.

Outra coisa importante que tem que ser colocada é que em todas as operações do Banco do Brasil é admitida o pagamento pela equivalência-produto. Então isto aí já elimina um grande problema, problema maior da maioria dos produtores rurais. A equivalência-produto não foi praticada no sistema bancário privado que adotou outras formas de financiar o custeio da safra. Então há realmente diferenças grandes de região para região e de Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia para o sistema bancário privado. Por isto foi demorado este acerto com o Congresso Nacional. Nesse acerto não está colocado ali porque está na NCR do Banco Central, mas os pequenos produtores continuam com juros de 6% ao ano naqueles financiamentos com recursos compulsórios do sistema bancário. E até o valor de 30 mil como disse o Deputado ainda vai prevalecer a equivalência produto ou ele terá opção de pagar pelo sistema equivalência.

Na questão da safra, além dos recursos compulsórios os pequenos agricultores ainda tem os recursos do PROVAP e do PROSERA que foram engordados agora com os recursos do FAT. Então como eu disse antes na minha explanção sobre o programa da Secretaria de Desenvolvimento Rural o grande esforço do Ministério será de levar apoio ao pequeno produtor, àquele que tem baixa produtividade.

E dentro desse esforço foi inspiração do Ministério da Agricultura que o Governo autorizou e o Conselho Deliberativo do FAT aprovou a liberação de recursos do FAT para financiamento dos agricultores de pequena propriedade. Isto está sendo regulamentado nos próximos dias pelo Conselho de Fat, Ministério de Trabalho, Ministério da Agricultura onde a maior parte dos recursos do Fat serão dirigidos para financiamento da pequena propriedade garantindo ao pequeno produtor um volume de recursos que até hoje ele não tinha à sua disposição. E devo lembrar que como o pequeno agricultor tem um problema, não deixa de ser um problema, é um benefício constitucional nos termos de ter sido dado a ele uma proteção nos termos que a sua propriedade não pode ser dada em garantia de empréstimo.

Então isso é uma proteção e ao mesmo tempo uma dificuldade porque muitas vezes ele deixa de ter acesso ao crédito por esta situação constitucional. Mas de qualquer maneira está sendo colocado à disposição do pequeno proprietário recursos da ordem de 500 milhões de reais do FAT e que poderão ser acrescidos de outras liberações na medida que for usado esse volume. Para os Senhores terem uma idéia, na safra de 94/95 os financiamentos ao pequeno proprietário alcançou a cifra de 180 milhões de reais. Então nós teremos os 180 milhões mais 500 milhões do FAT, e se acabar os 500 milhões nós podemos conseguir mais recursos do FAT.

Então o pequeno agricultor terá a partir de agora uma disponibilidade de recursos que no passado ele nunca teve. E eu espero com isso realmente conseguir fixar o homem do campo e dar a ele condições de melhorar a sua produção, obviamente que ele não será alcançado na próxima safra, em um ano ou dois, mas com certeza nos próximos anos grandes progressos serão feitos nessa direção.

Espero com isso ter respondido as questões do Deputado Augustinho Zucchi.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE -(Anibal Khury) De acordo com o critério adotado pela Mesa, solicitamos dos empresários aqueles que desejam fazer perguntas ao Senhor Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Estou me

lembrando do trigo: foram liberados 190 milhões para o custeio do trigo, isto no final de março e ficou prejudicado o uso desses recursos, pela questão da "TF", da indefinição se ela voltava ou se não voltava. Mas, agora com o acordo feito, serão utilizados pelos plantadores de trigo, além de que foi colocada no ano passado, uma semente nova pela EMBRAPA, que garante uma qualidade muito boa e alta produtividade, principalmente para o trigo do Rio Grande, porque o Paraná já tinha semente boa, o Paraná já produzia no ano passado, cerca de 800 mil toneladas de trigo de boa qualidade e alta produtividade. Esta semente está sendo multiplicada.

O Paraná deve passar de um milhão de toneladas e no Rio Grande do Sul, a semente colocada à disposição dos gaúchos, permitirá a produção de 500 a 600 mil toneladas de semente de trigo de alta qualidade, que torna a triticultura nacional competitiva em relação ao trigo argentino.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Sr. Ministro, é com prazer que a Assembléia Legislativa recebe o senhor nesta tarde, se propondo a vir a conversar, a responder perguntas de parlamentares, a responder perguntas de lideranças da agropecuária paranaense e até mesmo nacional.

Tenho três perguntas, uma delas é com relação ao trigo. Vejo que o preço de garantia muito baixo que eu acredito, pelo conhecimento de agricultor que sou, que só grandes produtores conseguirão alcançar produtividade para se viabilizarem em cima desse preço de garantia e nós sabemos que os preços, na hora da colheita, de mercado caem abaixo do preço de garantia do governo.

Como o senhor vê a questão a inviabilidade da produção de trigo em cima do preço de garantia que o governo repassa ao produtor e eu vejo com preocupação, porque vejo que está sendo, no decorrer dos últimos anos, tirado incentivos do trigo e eu acredito que em breve nós deixaremos de produzir, no Brasil, o trigo, porque está sendo importado, através de baixas alíquotas que têm para o trigo importado. Está se inviabilizando a produção de trigo dentro do país.

Segundo. Sei que o Senhor Ministro esteve fazendo visita a uma propriedade do Estado do Piauí, no cerrado nordestino e perguntou: qual a linha de pensamento e quais os programas que o Ministério da Agricultura tem para essa região do cerrado nordestino, que sei que tem mais de 800 milhões de hectares que são tão produtivos quanto as terras do sul porque a terra é

fértil, chove a contento e sei que o Governo Federal não tem um programa, até o último governo, não tinha programa para desenvolver essa área do cerrado nordestino.

A última pergunta: antes quero parabenizá-lo pelo projeto do seu Ministério, através do INCRA, na questão de desapropriação e assentamento de famílias dentro do programa da reforma agrária, da qual o senhor levantou uma bandeira e está sendo muito feliz. Pretende o projeto do governo federal, através do seu Ministério, desapropriar mais de 10 milhões de hectares, até o término do seu governo. Já sei de áreas que foram desapropriadas e começou o assentamento e que está tudo correndo muito rápido e muito bem.

A pergunta é: "Quais os critérios usados pelo INCRA para desapropriar a área? É por região, é por local onde já tem conflitos agrários? Enfim, quais os critérios que são usados para desapropriação das fazendas que estão sendo desapropriadas?"

O SR. MINISTRO JOSE EDUARDO - Obrigado, Deputado Plauto. A questão do trigo: preço de garantia, não há preço de garantia. O que há é um preço de referência para as operações de custeio. Tenho dito em várias oportunidades que a política do preço mínimo precisa mudar. Ela está em discussão, eu coloco como um tema que merece um amplo debate porque o preço mínimo tem beneficiado justamente aqueles produtores que têm alta produtividade, acesso a tecnologias modernas, a sementes produtivas.

Então ele tem sido um fator de concentração de riqueza porque garante lucros bons aos fazendeiros que têm essa alta produtividade e não resolve o problema dos que não têm a tecnologia e não têm acesso às sementes mais apropriadas e não têm condições de preparar o solo adequadamente. Aliado a esse problema o trigo produzido nesses programas garantidos pelo preço mínimo são de péssima qualidade. O governo tem sido obrigado a comprar praticamente a totalidade desse produto. Por uma questão de legislação que ingressa a ação da CONAB esse trigo é adquirido pelo Banco do Brasil, entre aspas, é feita a operação EGF. Então o trigo não é do Banco do Brasil é do produtor. Aí a CONAB não tem recursos para promover o AGF e isto fica em EGF dois anos, por exemplo. Nós temos casos que os depositários fiéis vendem esse trigo. Fez a operação pelo preço mínimo de EGF. Esse trigo não pode ser transformado em AGF porque falta recursos orçamentários para CONAB fazer aquisição.

Então cria um problema que não pode vender. Hoje nós temos 4 milhões de toneladas de milho estocadas nos armazéns da

CONAB em operações de EGF. Então estamos sendo acusados que o milho está se estragando mas esse milho não é nosso. Ele é do produtor porque está em EGF. O produtor diz que não é mais dele porque ele quer entregar para o Banco do Brasil e o Banco do Brasil não pode repassar para a CONAB. Então: se ele não é do agricultor ele é do Banco do Brasil mas da CONAB com certeza não é. Mas atribui-se que ele seja da CONAB.

Então com o trigo no segundo, terceiro ano faz-se o AGF num processo lento, quando deveria ser 2, 3 meses são 2, 3 anos. Esse trigo que já é de má qualidade ainda perde mais qualidade por causa dessa demora na sua comercialização. E nós temos trigo que foram adquiridos por 140, 150 dólares há dois, três anos atrás a tonelada e que depois, no leilão, sai pelo preço de 60, 70 dólares. Dando um rombo no tesouro enorme.

Eu, como cidadão brasileiro, não posso concordar com essa operação que é extremamente danosa aos cofres públicos e que beneficia um número muito pequeno de produtores. Porque se dissesse que estaria beneficiando milhares de produtores pelo Brasil afora eu até poderia concordar. Mas é um número pequeno de produtores.

Então é uma situação que precisa ser mudada e que nós estamos mudando. Então esta política ela estabelece um preço de referência e não mais um preço mínimo. O produtor tem que garantir qualidade e produtividade na sua lavoura para que ele tenha resultados. Então temos sementes boas, temos sementes produtivas tanto para o Rio Grande do Sul quanto para o Paraná. É preciso que o agricultor faça essa pesquisa, que ele tome consciência de que precisa usar essa semente adequada e faça um preparo de solo também adequado para garantir a sua produtividade. Isto deve levar este ano a uma redução de produção da ordem de apenas 500 mil toneladas.

Quer dizer, não é tão grande. Nós produzimos no ano passado dois milhões e meio. Este ano se tudo correr bem e eu diria que não correu tão bem assim porque o custeio ficou prejudicado pelo problema da TR, do juro alto, etc, etc, etc, mas deveríamos produzir ainda na safra 95/96 mais de dois milhões de toneladas de trigo de boa qualidade em função da produtividade das sementes que estão à disposição do produtor e que com essas sementes pode-se aumentar a produção do trigo ano a ano novamente, porque finalmente nós temos semente produtiva e de boa qualidade.

Com respeito ao cerrado dada essas dificuldades para expansão de crédito e a necessidade de se ter uma produtividade maior pela abertura econômica que o Brasil promoveu, eu diria que é de bom conselho

deixar como a segunda etapa. Nós todos sabemos que a produção no cerrado nos primeiros anos é baixa e que apenas do terceiro, do quarto ano em diante é que alcança produtividade alta. Então eu diria que não é momento de se iniciar ou continuar com a expansão de áreas no cerrado. Nós estamos vivendo um momento em que é necessário investir na melhoria da produtividade.

Quer dizer, para expansão de áreas, principalmente no cerrado, será necessário alocarmos recursos no Orçamento para programas específicos, então vamos dizer, de interesse nacional, de expansão das fronteiras agrícolas que necessitarão algum subsídio dois três anos, mas que se faz necessário programa específico. Então, o que se faz hoje que para beneficiar ou para garantir um lucro do agricultor nessas áreas passa um preço mínimo lá em cima que propicia lucros extremamente altos para a agricultura que já está em estágio mais avançado e tecnificado. Então nós precisamos separar isto para que haja maior competitividade na produção agrícola.

No mês de abril eu fiz uma reunião com todos os superintendentes do INCRA que são hoje os responsáveis pela definição das áreas a serem desapropriadas. Isto está descentralizado e em cada Estado o delegado do INCRA é que identifica as áreas de baixa produtividade, motivo para desapropriação. Esta reunião procurou justamente estabelecer alguns critérios mínimos a serem seguidos onde eu deixei muito claro que um critério muito usado até hoje que foi a invasão para criar um problema, para justificar a desapropriação não seria mais tolerado, ao mesmo tempo em que pedia aos delegados uma apresentação, uma indicação das áreas nos seus Estados que eles julgavam de baixa produtividade porque o INCRA tem que se antecipar a essas medidas. Quer dizer, nós não podemos ir a reboque de invasão para promover a desapropriação, mas nós temos que justamente liberar este movimento de desapropriação, identificando as áreas improdutivas e promovendo a desapropriação.

Então este trabalho está sendo feito, existem problemas, é lógico, como eu disse antes a primeira vez que se reúnem o Superintendente do INCRA para debater este tema. Nós temos lá pessoas que pensam de uma forma muito diferente. Então há também alguns conflitos ideológicos que nós esperamos superar isto também no decorrer do ano ou brevemente para que o INCRA possa liberar a reforma agrária no país resgatar a consciência, a credibilidade na sua ação e promover uma reforma agrária respeitada de uma forma concreta, objetiva e séria.

Os processos de desapropriação conduzidos por nós já tomaram outro rumo, já

resolvemos dezenas de pendências e conflitos jurídicos que havia no INCRA, ainda há muitos em curso, demandarão algum tempo, mas acho que a questão da reforma agrária é uma questão realmente social e econômica, e não ideológica, ela precisa ser feita efetivamente, para resolver problema social e econômico, para garantir uma renda para esses agricultores que por uma razão ou outra perderam as suas propriedades.

Então ela tem que ser feita e vai ser feita, e para isso nós temos que evitar atrito e não criar atrito, é uma solução para problemas e atritos, e não motivos de atritos. Então está sendo conduzido desta forma, esses critérios inexistem, então nós estamos procurando junto com os superintendentes do INCRA estabelecer esses critérios. Há uma lei que estabelece os índices que são considerados de improdutividade tanto para a agricultura quanto a pecuária. Nós estamos analisando, revendo esses índices. Eles são iguais para o Brasil todo, não pode ser, tem que ser diferente, nós não podemos exigir que aqui mesmo no Paraná que os índices de produtividade do nosso Oeste sejam iguais aos índices de produtividade do Norte Pioneiro, ou do Norte Pioneiro para o Sul do Paraná.

Então tem que zonear essa questão para que seja feita criteriosamente. Acho que é tão baixa a produtividade no Brasil de uma maneira geral que num critério simplista se fosse feito simplesmente por questão de baixa produtividade, nós vamos desapropriar todas as áreas pequenas do Brasil porque elas são improdutivas ou de baixa produtividade. Então isso é um problema que merece um estudo sério, uma readequação para que se faça um trabalho realmente competente que resolva o problema.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Presidente da Associação Comercial do Paraná, Dr. Gúí Manoel, para uma saudação ao Ministro.

O SR. GÚÍ MANOEL - Sr. Ministro José Eduardo, tivemos a oportunidade de ouvir uma explanação bastante lúcida do panorama da Agricultura no Paraná e no Brasil, e pela primeira vez vimos uma visão sistêmica do problema onde se cuida de encarar a agricultura como parte importante da nossa economia. Foi um privilégio a reunião que nós tivemos o privilégio de ter antes dessa sessão Plenária, e gostaríamos de ter a oportunidade de encontrá-lo outras vezes.

Ao Sr. Presidente Anibal Khury, gostaria de agradecer a oportunidade de nós podermos estar aqui na extensão da nossa reunião nessa sessão e pedir licença com o

nosso companheiro José Gomes de Carvalho, vice-Presidente da FIEP e vice-Prefeito de Curitiba, porque temos que nos ausentar para uma reunião previamente agendada pelo Prefeito de Curitiba.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Ministro, Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Srs. Deputados, Srs. Empresários.

Todos nós sabemos que o problema não é a terra, o produtor, o problema é o crédito que muitas vezes não chega no volume e na hora necessária, que o problema é armazenagem, que o problema é a comercialização, que o problema são os acordos internacionais que se firmam, como por exemplo o acordo do MERCOSUL, que já foi precedido anteriormente pelo Protocolo 22 que propiciou a vinda de trigo para o nosso País a preços muito inferiores que os nossos. O problema também é o PROAGRO, e o problema, sem sombra de dúvida, é a falta de uma política agrícola neste país. A solução para tudo isso, seria o preço e principalmente a solução seria: políticas econômicas que não viessem a penalizar o setor produtivo do nosso país. Tudo isso nós estamos acompanhando e estamos acostumados a ver há muitos anos, seja na hora da colheita, não se tem armazéns para colocar a produção, não se tem preço ou os recursos para que o preço que se entende um preço justo, possa ser praticado.

Nós que temos um PROAGRO que está falido, não temos condições, pelas análises que a gente faz e pelas conversações que se desenvolvem implantar, devido às suas dificuldades todas, um seguro agrícola. Esta Assembléia está discutindo esse assunto. Nós, todos sabemos, que o produtor do Paraná e do Brasil, bem ou mal, com maior produtividade ou menor produtividade, ele sabe dar conta do seu recado.

Como eu disse, o problema da terra, em que pese toda essa problemática da reforma agrária, mas nós sabemos que nós temos terra em condições de produzir. Então sempre o que tem penalizado a agricultura, Ministro, é o problema das medidas econômicas que se adotam no nosso país e que acabam por penalizar o setor produtivo. Enquanto muitas vezes, algumas medidas econômicas são adotadas para beneficiar algum setor industrial, raríssimas são as vezes que se pode assistir uma medida econômica que venha de encontro aos interesses do setor produtivo. Quando se faz um Plano econômico como esse, segura-se toda a insatisfação da população, tenta-se segurar a insatisfação da população, segurando-se o preço dos produtos que integram

a cesta básica, cada vez mais baixo; cada vez que se faz uma pesquisa e que se constata que o preço da cesta básica está menor, é motivo de festa, de regozijo.

Por essa razão, senhor Ministro, foi que quando numa reunião em Ponta Grossa, nós naquela ocasião, ao lado de Hermas Brandão e do ex-Secretário Tibúrcio, nós dizíamos da esperança pessoal que tínhamos na sua pessoa ao assumir o Ministério da Agricultura, dali a uns dias, porque V.Exa. é oriundo do setor econômico e sabe e tínhamos certeza, que saberia lidar com as pessoas ligadas ao setor econômico, porque pessoalmente, eu não acredito que nos venhamos a ter solução para o setor produtivo, se nós não mudarmos a visão do governo federal, da área econômica, com relação às políticas econômicas que se colocam nesse país e que acabam penalizando o setor produtivo.

Por essa razão eu gostaria que V.Exa. dissesse quais são as perspectivas que nós temos em relação à área econômica que penalizam o setor produtivo do Paraná e do Brasil.

O SR. MINISTRO - Prezado Deputado Orlando Pessuti.

V.Exa. tem toda a razão quando aponta a questão econômica como o grande problema da agricultura e que ela foi mais penalizada, quando a inflação atingiu níveis insuportáveis e se fizeram necessárias emergências para reduzi-las, planos esses que fracassaram. Daí a importância que se vive este ano, com o programa da estabilização da moeda com o Plano Real que eu espero, seja o último plano e que com ele se consiga, realmente, a estabilização da moeda para que nos livremos de outros planos, futuros no caso de reincidir inflação e persistir pelo futuro, se tivermos que enfrentar, novamente, medidas drásticas. Então todo empenho desse governo é no sentido de fazer o Plano Real dar certo. E isto tem um preço, afeta toda a sociedade, afeta a ação do próprio governo.

É claro que o Presidente Fernando Henrique gostaria demais de estar fazendo estrada, de estar dando dinheiro para ELETROBRAS expandir as usinas, para a TELEBRAS expandir os telefones, para a PETROBRAS ampliar sua produção e construir a refinaria no Nordeste e com certeza, não uma, mas duas para atender os interesses políticos. E num esforço enorme se resiste a todas essas pressões que avançam no caminho da privatização para melhorar a produtividade buscando reduzir a ação do Estado e com isso se melhorar a produtividade. O Brasil não teria mais como viver isolado do mundo, como foi até o início dos anos 90, onde era proibido importar tudo. Importava-se apenas petróleo. O vo-

lume de importações brasileiras era insignificante e atingiu o seu ponto de estrangulamento, aquela política de restrição, às importações.

Quer dizer, se o Brasil pretende se tornar um país desenvolvido é, realmente, necessário, abrir as suas fronteiras à importação, à concorrência, à competitividade.

É claro que já aponte, antes, que isto não pode ser feito atabalhoadamente como foi feito em dezembro, de uma forma muito açodada para conter os preços no mercado interno estabelecendo, então, uma competição desleal com os produtores nacionais. É preciso - realmente, fazer isso de uma forma inteligente para preservar os bons empresários, aqueles que investiram, que investem e que estão aumentando a sua produtividade. Mas é um caminho difícil e é um caminho doloroso esse de inserir o Brasil no primeiro mundo. É demorado! Ninguém pode pretender fazer isso num passo de mágica que num ano ou dois, três anos se consiga dar um salto nessa direção. Apesar de que eu, pessoalmente, acho que já demos um salto.

Se nós olharmos há dois ou três anos, atrás a situação que era o Brasil, o que aconteceu em 93, o que aconteceu em 94, o que está acontecendo e vai acontecer em 95 com todas essas dificuldades, com certeza o Brasil está andando para frente. Está evoluindo muito rapidamente. Tanto na distribuição da renda, no aumento do poder aquisitivo das classes assalariadas como na produtividade do seu parque produtivo: seja industrial, seja agrícola.

Esses problemas mencionados por V.Exa. existem. Todos nós sabemos que o Ministério da Agricultura ficou acéfalo por 15 anos. E política agrícola de médio e longo prazo nós só teremos condições de fazer com a estabilização da moeda. Sou muito franco, acho que querer estabelecer uma política agrícola, este ano, é algo inviável pela instabilidade ainda, pelas incertezas futuras. Mas é claro que muita coisa pode, ainda, ser feita. Mas é preciso se arrumar essa máquina que é o Ministério da Agricultura. É preciso dotá-la de condições para estabelecer e coordenar políticas agrícolas no país. Nós chegamos a um ponto além da falta de pessoal qualificado, vamos dizer de falta de pessoal e de falta de pessoal qualificado. Nas nossas fronteiras tinham grande dificuldade de pessoas na quantidade e na qualidade, assim como em Brasília nos quadros à disposição dos Ministérios deixam muito a desejar tanto na sua capacitação profissional quanto na quantidade o que é um contra-senso porque o Brasil é um país que tem excesso de funcionários públicos, mas naquelas áreas onde realmente tem muito tra-

balho e exige um esforço grande há falta de pessoas e há falta de qualificação.

Agora, por exemplo, nós temos na EMBRAPA um quadro técnico de primeira grandeza, altamente qualificado e que está produzindo muito pouco. A produtividade da EMBRAPA pelo número de funcionários qualificados e altamente qualificados a produtividade dela é muito baixa. Então há todo um processo de gestão que está se fazendo para melhorar a produtividade do Estado e com isto obviamente melhorar a produtividade da agricultura brasileira.

Então, esses programas abordados por V.Exa. é justamente o que foi motivo da discussão nesse acordo com o Congresso Nacional e que é o que se discute diuturnamente a nível de Ministério, buscando uma solução para isto. Como eu disse antes, nós assumimos em janeiro, estamos com cinco meses e dada a avalanche de programas que estão, quer dizer, eu estou sendo cobrado para dar solução em três meses de problemas que estão lá há 30 anos e não me furto a estas cobranças. Estamos respondendo o mais rápido possível. Acho que a sociedade realmente, a sociedade brasileira cansou de esperar e nós temos que dar soluções urgentes para estes problemas.

Então estamos fazendo isto na medida do possível e espero que o ano que vem possamos estar discutindo outros problemas e não mais estes.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Ministro, Deputados, empresários.

Gostaria de fazer diretamente três perguntas ao Ministro. Primeira pergunta: o Ministro inaugurou recentemente junto com o Governador Jaime Lerner as chamadas Vilas Rurais e pelo que se sabe o próprio Presidente saiu eufórico com as Vilas Rurais. O que o Ministério da Agricultura pode ajudar o Paraná e principalmente o Brasil para que as Vilas Rurais, que iniciam aqui, possam ser exemplos para o Brasil e possam ser edificadas em outros Estados? Qual a situação das Vilas Rurais, se o Senhor acha que vai dar certo, concorda com o jeito que está sendo planejada e se o governo pretende incentivar para que ela seja feita em todo o Brasil, principalmente no Paraná?

Segundo, Ministro, o Senhor acha justo os produtores brasileiros competirem sem incentivos e subsídios com produtores americanos, franceses e etc, que produzem sempre com subsídios que os Governos fornecem para eles, os Governos deles. O Senhor acha justa esta competição?

E terceiro, uma pergunta que é até piicante e em momento nenhum tenta desrespei-

tar a postura do Ministro, mas é uma pergunta que eu gostaria de fazer. Ministro, a gente viu recentemente, eu vi nas páginas da Veja a presença de grandes devedores da agricultura, os chamados magnatas caloteiros do país e que não pagam e o Governo acaba ficando com eles pendurados. Que política que o Ministro está adotando para cobrar esses elementos, apesar de não ser função do Ministro cobrar ou do Ministério e sim do Banco. O ministério continua emprestando dinheiro a esses maus produtores? O Ministério tem como exigir a volta desse dinheiro para o Ministério fazendo uma cobrança diretamente ao Banco do Brasil?

Então, seriam estas as perguntas que gostaríamos de fazer e recentemente eu estive no Rio Grande do Sul e lá em determinados momentos alguns agricultores estavam comentando de que nesta revista aparecia o Ministro do Paraná ao lado desses grandes devedores, lá para cima no Nordeste. E eu até lhe defendi na ocasião, não sei quando foi tirada essa foto, mas lhe defendi dizendo que o Paraná acredita muito no seu Ministro, primeiro porque nós temos que ser bairristas porque é nosso aqui do Paraná. E eu gostaria de deixar essa pergunta Sr. Ministro, porque de repente tudo que o Sr. Ministro faz numa foto é mal interpretada e aquela imagem que nós conhecemos que é séria sua aqui acaba para os outros lugares, outros Estados acaba se fazendo outra imagem.

Então essa pergunta eu gostaria, dentro da possibilidade, por todo respeito que tenho por S.Exa. pudesse nos responder as três perguntas.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O prezado Ministro vai responder as perguntas do nobre Deputado com exceção à parte final que não diz respeito ao objetivo da convocação do Ministro.

O SR. MINISTRO JOSE EDUARDO - Prezado Deputado Jocelito Canto, com respeito as Vilas Rurais esse é um programa que obviamente teremos interesse em difundir para o Brasil todo, eu sempre fui municipalista, sempre entendi que aquilo que o Município puder fazer o Estado não deve se intrometer, e o que o Estado puder fazer o Governo Federal não deve se intrometer. Claro que um programa como este tanto o Estado como o Governo Federal devem se intrometer no sentido de dar apoio, de dar uma ajuda para que o município possa desenvolver esse programa.

Então eles terão nosso apoio, obviamente precisa alguns cuidados, acho que na região de Apucarana deve ter um sucesso rápido porque tem grande consumo, está en-

tre duas cidades médias, de bom tamanho: Lorrina que é a quinta cidade do interior do Brasil e Maringá que é um centro urbano de respeito; além das próprias cidades que estão entre essas duas cidades maiores, que dão condições de comercialização, de escoamento para tudo o que for produzido nas vilas rurais.

Com respeito à competição com europeus e americanos isso também é outra coisa que quem conhece os meus pronunciamentos, os meus discursos no Senado, mesmo antes como empresário eu sempre defendi uma política de governo que garanta igualdade de condições para os empresários brasileiros.

Não pleiteio subsídios diretos, a não ser que sejam necessários para garantir a igualdade de condições. Nós não podemos condenar o nosso produtor, seja industrial, seja agrícola a competir com japoneses, franceses, alemães que recebem altos subsídios de seus governos, e eles aqui pagam impostos. Então é óbvio que essa é uma política altamente desvantajosa para o produtor brasileiro. É função do governo garantir a igualdade de oportunidades, tanto internamente quanto mais com outros Países. Então acho que se for necessário dar o subsídio o Governo tem que dar o subsídio. Agora eu questiono a questão do preço mínimo que a título de garantir resultado para o pequeno produtor nas regiões mais pobres se põe um preço mínimo que propicia altos lucros para os que têm alta produtividade e que não precisariam desta garantia, desta cobertura. Então nós teríamos que ter outros instrumentos.

E por último, contrariando o Presidente da Mesa ... (tímpanos).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - V.Exa. vai me permitir mas eu não vou deixar que V.Exa. responda, porque não é atinente a sua convocação.

Concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Ministro, gostaria de ouvir a sua opinião sobre duas questões que me parece de maior importância para o Paraná. A primeira é que nessa Casa nos últimos meses seguramente nós temos aqui nesta Assembléia, a maior representatividade que uma Assembléia pode ter no setor agrícola e aqui quase que nos tornamos, nós que somos mais urbanos, mais especialistas, pelo menos na questão do milho.

Qual é o poder que o Ministério da Agricultura tem para definir a política de importação de produtos agrícolas? No caso do milho, não vamos ensinar o senhor a carpir aqui agora, mas nós tivemos, em

plena safra, a possibilidade de importação e o preço interno caiu para R\$ 3,80, R\$ 4,00, quando outros países faziam..., nós tínhamos na verdade, uma importação subsidiada e na verdade, para usar um termo que a porcada já tinha estourado a cerca do chiqueiro", é que o povo tomou medidas para poder segurar o financiamento do milho importado e aí se equilibrou e mesmo aqui no Paraná o governador e o secretário Hermas tomaram medidas, que essa Assembléia aprovou, que possibilitaram melhorar o preço.

Queria que o Senhor me dissesse, qual é a política do Paraná. Temos produtos agrícolas que muitas vezes na relação bilateral da Argentina com o Brasil, principalmente com o MERCOSUL, pode interessar muito à indústria de São Paulo a exportação de determinados produtos e para nós, paranaenses, a importação desses produtos vai ser danosa à nossa economia.

A segunda pergunta que eu vou fazer ao senhor é de caráter mais geral da política agrícola do nosso Estado. Nós temos repetido e isso também na campanha eleitoral, repetimos até pelos especialistas, na questão da diversificação da agricultura. No Paraná o que nós temos visto é que depois da década de 70, com exceção das lavouras de café, hortelã, do rami, das empregadoras de mão-de-obra, nós cada vez mais vimos desperdício das atividades que dão maior valor de renda pelo aproveitamento da terra, a cana em primeiro lugar, o pasto e a monocultura da soja.

Pergunto: o Senhor, como Ministro, sobretudo paranaense que é, qual a política efetiva de diversificação da agricultura no Paraná, que o senhor pode empreender nesses quatro anos do seu mandato à frente do Ministério?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Pois não, Deputado Romanelli.

Primeiro com respeito ao poder que o Ministério tem de influir na fixação de alíquotas é o Ministério da Indústria e Comércio que propõe ao Ministério da Fazenda, que sanciona ou não a alíquota. Na realidade, quem tem poder é o Ministério da Fazenda, por proposta do Ministério da Indústria e Comércio.

Então pela lógica da coisa, tenho que convencer o Ministro da Indústria e Comércio a propor ao Ministro da Fazenda e convencer o Ministro da Fazenda a aumentar ou reduzir a alíquota.

Hoje, no Ministério da Fazenda quem tem a responsabilidade maior nessa área é o nosso amigo Dellari que cuida dessa área. Mas, com respeito ao milho, eu quero informar que no dia 4 de fevereiro - obviamente que no mês de janeiro eu já cuidava disso junto ao Ministério da Indús-

tria e Comércio e junto ao Ministério da Fazenda - e então, no dia 4 de fevereiro, numa reunião com o Ministro Pedro Malan, Clóvis Carvalho, Ministra Dorotéia e mais alguns técnicos da área, ficou estabelecido não o aumento da alíquota, mas a exigência do pagamento à vista para as importações do milho e que foi o que eu pedi que se fizesse, porque eu entendia que o problema estava no financiamento e que realmente se exigisse o pagamento à vista das importações de milho e de arroz e se sanaria o problema.

Foi aprovado isso nessa reunião de 4 de fevereiro. E daí me descuidei do problema, com tantos outros e no dia 15 de março foi que percebi que não tinha sido implementada ainda aquela medida decidida. Aliás, no dia 15 de fevereiro é que eu percebi que aquelas medidas autorizadas em 4 de fevereiro, ainda não estavam implementadas e fui atrás para ver o que estava ocorrendo e estava realmente emperrada nos liames burocráticos do Ministério da Fazenda com o Ministro da Indústria e Comércio e no dia 25 tinha claro o quadro, fui ao Ministro Clóvis Carvalho que é o Coordenador da Câmara de Comércio Exterior, expus a ele o fato e através de alguns telefonemas, então, determinou-se a implementação imediata da medida que saiu no dia 6 de março. Quer dizer, um mês e dois dias para implementar uma medida que deveria ter saído em 3, 4, dias.

Então não foi culpa de nenhum Ministro mas da burocracia e que a partir de então temos cuidado mais disso e temos conseguido mais agilidade nesses processos internos desses órgãos do Governo Federal.

Com respeito à diversificação. Então mencionei o nosso programa da Secretaria de Desenvolvimento Rural que vai dar apoio aos programas de desenvolvimento rural municipal. Então cada município tem a sua vocação agrícola ou cada microrregião tem a sua vocação agrícola e nós vamos incluir nesse programa. Na identificação das melhores vocações agrícolas municipais ou microrregionais. Porque não vamos ter um programa nacional - que acho que seria de alto risco, imaginar que em Brasília vamos ter competência para ditar para o Brasil inteiro o que que é melhor fazer, acho que seria uma política de alto risco e de grandes equívocos.

Então vamos apoiar, queremos criar as secretarias de agricultura nos municípios rurais, queremos que essas secretarias tenham agrônomos, tenham técnicos agrícolas e nós vamos treinar esse pessoal. Vamos propiciar a eles cursos, treinamentos, seminários e vamos apoiá-los, então, com suporte técnico tanto do Governo Federal quanto da EMATER para que eles realmente definam a vocação agrícola dos seus muni-

cípios e que possamos apoiar isso.

Pode parecer um programa modesto mas acho que em poucos anos ele dará grandes frutos: FEITO COM SERIEDADE. E com larga escala como imagino que a gente possa fazer. E tenho dito sempre: um programa como esse não custa muito dinheiro. É muito trabalho. É realmente ir atrás do agricultor, trazê-lo para a discussão e ensiná-lo a fazer melhor o que ele hoje faz de qualquer jeito. Dar condições para ele calcar sua terra, do prefeito ter uma patrulha mecânica que é barata. Não é uma coisa tão cara assim. Dar condições de comercialização, de escoamento.

Já determinei à CONAB que ela vai participar desses programas para garantir o escoamento do excesso da produção. Aí sim, então, com preços mínimos adequados para garantir uma renda para o produtor. Porque hoje o que se perde em produção nos municípios mais pobres é uma coisa enorme, a gente nem sabe o quanto.

É um programa realmente sério e de alta envergadura que nós pretendemos levar adiante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência falava há pouco sobre a questão da reforma agrária que dá sinais de sair do papel. Mas acredito que entre tantos problemas que Vossa Excelência tem para resolver no ministério, tem um que é urgente. A reforma agrária todos nós sabemos que vem se arrastando há muito tempo. Mas, para que isto aconteça, está acontecendo o êxodo rural. Mais do que a reforma agrária o importante é a questão do êxodo rural porque esse agricultor já está assentado, ele já tem uma pequena propriedade.

Sr. Ministro, acho que a saída, não estou aqui para dar o remédio, não estou aqui para dar a solução, mas como sugestão e V.Exa. falou há pouco sobre a questão de apoio aos municípios, eu só acredito para estancarmos o êxodo rural hoje, principalmente dos pequenos agricultores do interior do Paraná se houver uma atitude em conjunto dos municípios, do Estado e do seu Ministério. Hoje que nós temos esse entrosamento entre Ministério, Secretaria da Agricultura e todos os municípios do Paraná, V.Exa. não poderia criar um programa aonde o município levasse o seu programa para ser analisado pelo Ministério e junto com o Ministério, tenho certeza absoluta, que o esforço seria muito menor se for implantado em conjunto com o Estado, com o município e com o Ministério.

Estou colocando como sugestão dentro daquilo que V.Exa. falou e se fosse possível, Sr. Ministro, que isto acontecesse

aqui a nível de Paraná, que o Prefeito não precisasse ir à Brasília para levar a sua proposta de desenvolvimento e de estancamento do êxodo rural que está acontecendo a olho nu para quem viaja pelo interior. Obrigado.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Prefeito, Deputado Valdir Rossoni. A nossa linha de ação é de estabelecer o maior número possível de parcerias, como eu já disse antes, com o Estado e com o município, de preferência com ambos para somar esforços nos três níveis de Governo.

Com respeito ao êxodo rural eu devo ressaltar também que isto é motivo de grande preocupação para nós e que justamente quando nós questionamos a questão do preço mínimo, nós estamos colocando o dedo na ferida. Pela primeira vez na história da CONAB, este ano ela fez um programa comorando até 150 sacos de milho do mini produtor a um preço mínimo.

Então, se não houvesse preço mínimo, ela teria, por minha orientação, que ele fosse comprar por um preço que garantisse lucro ao produtor. Agora, o que tenho dito é isto: nós temos que ter programas para fixação do homem no campo, dirigidos, orientados. Não podemos fazer um programa como hoje: R\$ 6,32 por saco de milho para o Brasil inteiro. Isto implicaria uma série de abusos enormes. Então tem gente que importou milho da Argentina e entregou para a CONAB, importou a R\$ 4,50 e entregou para a CONAB, ou quer entregar ou quis entregar a R\$ 6,32. Então não é por aí.

Agora, que a CONAB deve comprar o produto do mini produtor, do pequeno produtor a um preço justo, sem dúvida nenhuma, e ela já fez isso este ano pela primeira vez, está fazendo agora com o arroz, está fazendo com a farinha de mandioca; e outra coisa, que até parece piada a gente mencionar o número: na questão da farinha de mandioca, são cinco milhões de reais que destinei para comprar farinha numa determinada região. Quer dizer, a alegação do Governo, não tem dinheiro, não tem, mas se for para comprar naqueles "x", cinco, seis municípios que estão com problema aí tem, né, aí fica fácil.

Então, a nossa preocupação é neste sentido de dirigir esses programas para realmente atingir essas pessoas que estão necessitando deles e com isto nós vamos fixar, ou pelo menos diminuir o êxodo rural. Agora, é óbvio que a CONAB terá que adquirir uma agilidade que hoje ela não tem para cumprir com esses programas, até porque hoje quem compra, quem faz a EGF é o Banco do Brasil e quem diz quem que é o pequeno produtor que pode vender. Então, há uma série de problemas que estamos administrando, equacionando para que no ano

que vem isto possa beneficiar muito mais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Ministro José Eduardo, vamos fazer a conversa séria: nosso País está quebrado, e a medida que foi tomada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso de atacar de frente um problema grave da economia brasileira, que é a ciranda financeira, a escalada inflacionária que destrói a malha produtiva e lança ao Deus dará as perspectivas de qualquer trabalhador de conseguir uma melhoria na sua condição de vida, tem trazido, e pode trazer, um preço muito caro para a sociedade brasileira.

Senhor Ministro, li ontem na "Folha de São Paulo" as perspectivas da economia argentina, a produção de automóveis da Argentina, seguramente este ano deve ficar na metade da sua capacidade produtiva. O índice de desemprego na Argentina, seguramente - pelas projeções dos dois institutos econômicos - deve chegar à 20% ao final do ano. No nosso País, ao se adotar o câmbio como indexador para atacar de frente o problema inflacionário, não só - como diz o Deputado Pessuti - que é uma questão de plano econômico, acho que o que o Deputado Rossoni fala é uma verdade: êxodo rural não é um função da reforma agrária. Acho que é muito mais em função da sobrevivência da própria malha produtiva agrícola que existe no País.

Se de um lado temos quatro milhões de estabelecimentos agrícolas que contribuem decisivamente para o setor produtivo, Vossa Excelência sabe que a política hoje adotada pela questão do crédito para enfrentar um problema local, que é o problema da TR e dar uma resposta à safra de 95 e 96, atingem 380 mil contratos no Brasil inteiro. Percentual esse que atinge apenas 8% da malha produtiva dos estabelecimentos agrícolas no nosso País. Sabemos muito bem que desde 8%, do ponto de vista da produção, é significativo no cômputo das 70 milhões de toneladas produzidas por este País. Mas sabemos muito bem que a grande maioria dos produtores agrícolas do nosso País estão à margem, 90% estão à margem do crédito oferecido pelo Poder do Estado no nosso País.

Ora, lembro muito bem quando Fernando Henrique Cardoso estendeu a mão para o povo brasileiro e falou dos seus cinco planos, das suas cinco metas para resolver os problemas e tirar o País da crise e colocar o Brasil na perspectiva de um futuro. Saúde, Agricultura, Educação, Geração de Empregos. O quinto ponto eu não lembro, Ministro, com certeza o quinto ponto tal-

vez tenha sido a política de privatizações ou segurança. Acho que é o ponto das privatizações que Fernando Henrique não soube dizer muito bem. Mas vejo o seguinte: do ponto de vista de uma reforma na saúde, nada aconteceu, de apresentar para a sociedade uma política de geração de empregos e colocar o Brasil na marcha do desenvolvimento, nada aconteceu.

Do ponto de vista da agricultura, muito menos ainda, pelo contrário, hoje e no final do ano e no começo do ano que vem, e Vossa Excelência sabe que se os rumos da política econômica do Governo Central continuar do jeito que está, com a política de juros altos para atrair investimentos exteriores para cobrir o déficit da balança comercial, podemos levar o País a uma quebradeira, não só no setor agrícola, mas no setor industrial e no setor do comércio.

Reforma educacional, nada. Ministro José Eduardo Vieira, Vossa Excelência sabe mais do que uma política de crédito, o nosso País precisa é de uma no plano global, para tirar o nosso País da crise. O ano que vem, a política de crédito pode estar novamente colocada na Ordem do Dia, agricultores do milho, há pequenos agricultores do soja, do trigo. Não são essas medidas que vão resolver o problema agrícola e apontar para uma perspectiva de desenvolvimento dos mais de 3 milhões e 800 mil agricultores que não conseguem produzir, não conseguem se inserir na malha produtiva agrícola do nosso País.

A agricultura, Ministro - e o Senhor sabe disso, porque o Senhor é um homem do campo - é o maior parque industrial de céu aberto que existe no Planeta, mas Vossa Excelência também sabe que uma empresa agrícola bem capitalizada, cada 60 hectares gera um emprego. O inverso também é verdadeiro. Uma pequena propriedade gera muito mais empregos do que uma grande propriedade. Os Estados Unidos, com uma cultura agrícola, com um parque agrícola altamente concentrado e com tecnologia, gera cerca de 700 milhões de toneladas. A China, com o oposto disso, também gera 700 milhões de toneladas.

Quero saber o seguinte: quando é que o Presidente vai começar a apresentar para o povo brasileiro, as perspectivas da sua proposta de governo?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Deputado Angelo Vanhoni, realmente a agricultura é uma das prioridades do Governo Fernando Henrique, mas ele sempre foi muito claro e colocou como prioridade nº 1 a estabilização da moeda.

Nas duas explanações que fiz aqui na Casa hoje, uma no Plenarinho e a outra aqui, ressalttei esse aspecto e ressalttei

também o aspecto de que contudo, a prioridade nº 1, seja a estabilização da moeda e neste contexto existe sacrifício de todas as áreas, o grande cobertor para o setor produtivo nacional, é que se persegue essa meta nº 1, de estabilizar a moeda com crescimento econômico e não com recessão, como foram todos os outros programas de estabilização anterior.

Então, o que distingue o programa de estabilização da moeda, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não conflita as cinco metas, quer dizer, que permite a convivência ou perseguir-se alcançar esses cinco objetivos, o de melhorar a saúde, a educação, a segurança, a agricultura, é que a meta nº 1, de estabilização da moeda, contempla uma política de crescimento econômico.

Então, isso obviamente, é muito difícil digerir no dia-a-dia. Existem aparentes conflitos, mas o Governo sabe muito bem onde quer chegar e como eu disse antes, estes momentos mais difíceis que vivemos hoje, são em função de uma conjunção de fatores adversos, que circunstancialmente aconteceram num período de tempo muito curto, fatores altamente prejudiciais ao programa de estabilização da moeda.

Essa fase está superada, o Brasil retomou o superávit na balança de pagamento, a crise do México está superada, a questão da safra já chegou ao fim, resta ainda a comercialização do remanescente da safra e chegou-se a um acordo com respeito ao custeio da safra futura, permanecem ainda alguns problemas de onde se encontrar as fontes de recursos que garantam financiamento adequado da próxima safra, e a partir de 15 de maio retomar uns investimentos no Brasil, de moeda estrangeira, restabeleceu o fluxo de capitais externos para o Brasil, o que garante um maior financiamento das atividades produtivas.

Então, o temporal passou e estamos rumando para um período de maior normalidade. Em linhas gerais acho que isso responde ao seu questionamento. As metas existem, estão sendo cumpridas. Neste sábado tive a oportunidade de ouvir uma ampla explanação do Ministro Renato Souza e Adib Jatene sobre o que já foi feito na área da educação e da saúde neste início de ano e do que se pretende fazer não só nos próximos meses deste ano mas nos próximos anos. E posso lhe assegurar que na hora que isso vier a público vai realmente mostrar à sociedade brasileira o empenho do Presidente Fernando Henrique em cumprir com suas metas lançadas na sua campanha.

Na área da agricultura já tive a oportunidade de mencionar alguns dos programas que estamos levando a efeito, totalmente voltados para a pequena propriedade, para

propriedade de pequena produtividade. É uma coisa que nunca foi feito no Brasil. Todos os ministérios tiveram o problema que tive de formação dos quadros do governo, designação das secretarias, dos secretários, dos cargos mais importantes das estatais mais importantes. E isso faz parte do regime democrático essas nomeações para a composição das bases parlamentares que dão sustentação ao governo.

Isto é próprio de todo o regime democrático. E a população espera que isso seja feito pelo critério da competência e probidade, e procurou ser feito. Mas pela popularidade dos Partidos ou pela fragmentação dos Partidos que apóiam o governo isto demandou um tempo um pouco maior, porque de uma certa maneira, atrasou um pouco de comunicação e a elaboração dos programas de governo. Mas não há nenhum prejuízo na administração do dia-a-dia do governo porque muita coisa já foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhor Ministro, demais presentes.

É de conhecimento da Casa e de todo o Paraná, não só na palavra do Sr. Ministro e de todo o Brasil que nesses últimos dois anos passaram pelo Ministério da Agricultura mais de quatorze senhores brasileiros que procuraram, de todas as formas possíveis, que aquele ministério realmente andasse. Hoje para satisfação não nossa e aqui foi dito neste Plenário, para orgulho do Paraná, temos um homem voltado aos interesses não tão somente do nosso Estado, mas voltado aos interesses do nosso Brasil para achar uma saída. As críticas que ouvimos agora pelo orador que nos antecedeu, Deputado Vanhoni, são críticas que todos nós, brasileiros conhecemos. Mas as oportunidades, as saídas têm que ser procuradas por quem exerce representação em função pública. E vossa pessoa tem procurado nesse pouco espaço de tempo, saída para a agricultura do Brasil.

O Senhor como o nosso Governador e mais de perto o nosso Secretário, herdou aquilo que realmente ninguém queria ter como herança: que é uma agricultura desde 1981 totalmente desarticulada, desmotivada e acima de tudo, mal assistida. No meio dos senhores agricultores e aqui veio o ilustre Presidente da OCEPAR, no meio dos 150 mil agricultores que representam a OCEPAR, neste universo de milhões de brasileiros que são ligados a agricultura, existem também aqueles que tão somente fazem da agricultura aquilo que o verdadeiro agricultor não faz que é uma agricultura séria, honesta e voltada ao interesse público.

Acho que a vossa pessoa, Senhor Ministro, tem procurado desenvolver um trabalho de encontro com a saída e esta saída nesta Casa, neste Parlamento, o Senhor teve o aval na última semana, quando nesta tribuna dizíamos que não era o homem, o homem José Eduardo de Andrade Vieira, que não era o Ministro, a figura do Ministro, que não era o Paraná, mas era o Brasil que é representado na agricultura que precisa ter saída unanimemente nesta Casa ou quase unanimemente tivemos o respaldo para a permanência da sua pessoa frente ao Ministério. De nada adianta tirarmos um paranaense de história ilustre, de passado limpo e digno no trabalho em todos os desafios que lhe foram apresentados para colocarmos outro, de um outro quadrante da Nação, que não viesse de encontro com a razão que V. Exa. está predisposta a alcançar.

Neste parâmetro, Senhor Ministro, o Governo passado, o Hermas Brandão, junto com o Jaime Lerner herdando um projeto que era bom projeto, não vai aqui a análise, que era o "Panela Cheia", que o agricultor o pequeno agricultor ali de Cândido de Abreu, de Ivaiporã, de Reserva, da minha Ponta Grossa, acreditou no Governo, fez o "Panela Cheia", era o pagamento com produtos, e infelizmente agora estão devolvendo os tratores e devolvendo os implementos agrícolas que era neste último Governo a base pela qual o pequeno e o médio agricultor podia crescer. O nosso Governo Jaime Lerner suspendeu o Programa por falta de recursos. Uma das primeiras perguntas é como o Senhor poderia dar um alento de volta ao pequeno, ao médio agricultor do Paraná um incentivo junto ao ilustre Secretário Hermas Brandão?

O segundo, Senhor Ministro, é aquilo que conversávamos com o ilustre Deputado P. Zimmermann que se encontra neste Plenário, Deputado Federal que representa a nossa cidade, a nossa região, dizíamos que nos Governos passados aquele passeio indiscriminado aonde poucos neste Paraná e neste Brasil ficaram ricos que era levando a mercadoria da CIBRAZEM de um para outro, trazendo de volta de lá para cá e não levando a nada, tão somente ganhando o frete como o próprio ilustre, vice-Prefeito Carvalhinho, concorda conosco no aceno com a cabeça. Acredito que na sua gestão frente ao Ministério esta patifaria contra a Nação brasileira não vai mais ocorrer.

Como último, Senhor Ministro, queremos que V. Exa. também olhe para aqueles descalabros da administração passada dos Governos anteriores que era o armazenamento, o apodrecimento e principalmente a falta de responsabilidade àqueles que jogaram milhares e milhares de toneladas de produção desta Nação para serem queimadas e

jogadas fora, quando milhares, milhões de irmãos nossos passam fome nesta Nação.

Tenho a certeza, Senhor Ministro, que o aval político V. Sa. tem, que o aval principalmente daquilo que Deus lhe emprestou, sua pessoa possui que é discernimento, mas tenho a certeza maior que o encontro da razão no perseverante propósito de alinhar o Paraná e o Brasil entre as maiores Nações deste mundo com o conhecimento que tem a vossa pessoa, haveremos de encontrar somando agora as dificuldades, mas achando o caminho da razão, não para os Presidentes e agricultores que aqui estão, mas a saída para a razão desta grande Nação que é o Brasil.

Muito obrigado, Senhor Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Obrigado, Deputado.

Acho que V. Exa. toca no ponto crucial do problema brasileiro que é o da falta de credibilidade na moeda. Chegamos próximo ao terceiro milênio e estamos regredindo aos tempos quase que pré-históricos. Já na antiga Roma a moeda era o fator de troca das mercadorias e estamos voltando ao tempo de "escanbor" para mostrar a falta de seriedade com que se trata o povo brasileiro. Quando se paga um salário nominal em que o trabalhador vai receber ao final do mês com 20, 30, 50% do valor diminuído, quando ele recebe até ele conseguir gastar esse dinheiro nos próximos dez, quinze dias para encher sua dispensa, cumprir com as necessidades básicas de sua família, esse salário já perdeu outro tanto. Que tipo de proteção se pode dar a essas pessoas?

Então na agricultura inventou-se o "Panela Cheia", o "Equivalência Produto" e alguns outros tipos de comercialização que diminui o risco destas pessoas, mas isso não resolve o problema, é apenas uma parte dele. Então o que resolve o problema, efetivamente o problema - e o Governo Fernando Henrique está empenhado em realizar - é a estabilização da moeda para que a moeda volte a ser um instrumento justo de troca dos produtos, de comercialização, de operacionalização dos negócios do País.

Então esse é o grande programa, grande projeto, e todo o esforço deste Governo está direcionado para isto, e tenho certeza que será alcançado, como eu disse há pouco, respondendo ao Deputado Ângelo Varhoni, na reunião de sábado tivemos uma prestação de conta por parte da equipe econômica discutindo esses aspectos que tumultuaram a vida econômica do Brasil, principalmente do final de março, abril e começo de maio e que a partir da segunda quinzena de maio começou a apresentar sinais altamente positivos de recuperação da economia, podendo a equipe abrandar

muito nas medidas restritivas ao crédito, à diminuição das taxas de juros, liberação de compulsório e outras que vêm tirando o desafio da economia.

Não quero me alongar muito, mas o ponto fundamental é esse, temos que reestabelecer a credibilidade na moeda, temos que reestabelecer a credibilidade da moeda, porque a única maneira de se tratar a todos igualmente, com justiça, porque se formos estender o Programa, não sou contra, e defendi que nesse acerto ainda até financiamento de trinta mil reais se permitisse a equivalência patrimônio, porque na falta de instrumento ótimo temos que adotar o mais ou menos. Então atribuo a esse instrumento de equivalência um valor relativo, ele não é absoluto, ele resolve alguns problemas e teremos a moeda como instrumento de troca e de credibilidade.

SR. CAÍTO QUINTANA - Ministro José Andrade Vieira e componentes da Mesa, queria lhe fazer um pedido e uma pergunta. O pedido, Ministro, é no sentido de que Vossa Excelência seja Ministro da Nação Brasileira, mas seja Ministro sem constrangimento paranaense. Já tivemos no curso da história muitos homens públicos como Vossa Excelência, exercendo função como Ministro da República em áreas que o Paraná tem sérias deficiências, e Vossa Excelência, como um paranaense ocupando o Ministério dentro das possibilidades prestigie o nosso Estado do Paraná.

Sabemos que muitas e muitas coisas são normas de Lei, Decretos, Portarias, que estabelecem relações para o País inteiro, mas sei que Vossa Excelência poderá, através de convênios com o Governo do Estado, com o nosso Secretário Hermas Brandão, utilizar esse momento de um paranaense no Ministério para ajudar no desenvolvimento do nosso Estado. Esse era o pedido.

A pergunta, Ministro, me preocupa muito a entrada do MERCOSUL. Tivemos, na comercialização do milho, um exemplo muito claro da concorrência que sofremos de países produtores, integrantes do MERCOSUL, com a produção do Brasil, principalmente a produção de regiões como a Região Sul, que são próximas a esses países. Certamente isso vai ocorrer no trigo e em outras safras que virão.

Como o MERCOSUL estabelece pautas que não podem ser alteradas, pergunto, o Ministério, o Governo têm algum estudo de mecanismos de proteção à nossa agricultura, e me parece que esses mecanismos de proteção teriam que ser através de subsídios, ou seja, no financiamento, no plantio ou na compra da safra, porque a grande preocupação que se percebe na área agrícola, é de que a cada safra, teremos sérias consequências com a estabilização cada vez

maior do MERCOSUL e como ouvi muitos companheiros citar, uma das riquezas maiores, que sempre representou o nosso país, é a agricultura e se não tivermos mecanismo de proteção a essa agricultura nacional, certamente sofreremos uma concorrência desleal de produtores de outros países do MERCOSUL.

A minha pergunta é essa, se o governo estuda algum mecanismo que proteja a agricultura brasileira, como faz com a importação de carros ou com a indústria nacional?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Primeiro, com respeito ao pedido, sem dúvida nenhuma ele será plenamente atendido.

A disponibilidade de recursos no Ministério é pequena, não é grande, mas obviamente, tudo aquilo que pudermos conveniar com prefeituras e com o governo do Estado, assim será feito, até porque na minha ótica econômica, esses convênios e esses investimentos devem ser feitos prioritariamente onde o resultado econômico seja mais rápido e o Paraná, nesse ponto é privilegiado, tem, sem dúvida nenhuma, melhores condições de garantir retornos adequados para qualquer investimento que se faça.

Acho que o Ministério da Agricultura é um Ministério voltado para a produção, é lógico que teremos que ter programas de desenvolvimento em áreas menos favorecidas, no nordeste, norte, nas regiões aqui do Paraná também que são mais pobres, mas ele não é um Ministério assistencialista. A ótica da produção deve prevalecer nas ações do Ministério, para que ele cumpra com a sua função, de uma maneira satisfatória.

Segundo, com respeito ao MERCOSUL, acho que há um equívoco nosso na análise global, no que diz respeito ao MERCOSUL. Num primeiro momento, parece que o MERCOSUL foi criado para vendermos, principalmente para a Argentina, porque no Paraguai e Uruguai, o mercado é muito pequeno e demos início ao MERCOSUL num momento muito favorável para o Brasil, porque tínhamos grandes excedentes e a Argentina estava ávida para ter acesso a esses bens de consumo duráveis que no Brasil havia, em função de uma demanda reprimida, possibilidade de colocação fácil na Argentina.

A ótica do MERCOSUL não é essa. A ótica do MERCOSUL é de justamente fortalecer o mercado latino-americano frente ao mercado europeu ou ao mercado americano ou ao mercado asiático. É uma coisa mais complexa, mais difícil de ser alcançada, mas que precisa ser alcançada. Quer dizer, o MERCOSUL tem por objetivo, contribuir para

o fortalecimento tanto do produtor agrícola, quanto industrial brasileiro, para que ele seja mais competitivo frente aos terceiros mercados. Isso estamos longe de conseguir, estamos ainda muito preocupados com o que vendemos para a Argentina e com o que compramos da Argentina.

Faço uma outra análise que talvez até possa chocar alguns dos Senhores. Acho que o MERCOSUL foi ótimo para o Brasil. Não porque a indústria paulista vendeu muito para a Argentina, como muitos acusam. Mas a abertura obrigou o governo brasileiro a já desburocratizar uma série de legislações, de leis, de regulamentos burocráticos que infernizavam a vida do produtor brasileiro. Quer dizer, foi um poder externo, o poder dos acordos firmados com a Argentina que obrigaram o governo brasileiro a tomar medidas que vieram beneficiar o produtor. Não fosse o MERCOSUL, muitas dessas medidas não teriam sido tomadas. E que vão obrigar a tornar o produtor brasileiro competitivo.

Já disse antes: é a igualdade de condições. Qual é a igualdade de condição? É não pagar imposto na agricultura, é ter meios de transportes mais adequados para escoamento da produção, armazenagem e portos. Não estamos investindo nada nessas áreas e essa competitividade do MERCOSUL vai obrigar o Brasil, quer dizer, está obrigando o Brasil a tomar providências nessas áreas.

Diria que muitas dessas mudanças hoje de abertura da economia, abertura interna de desregulamentação, de menor interferência do Estado e de privatização é em função do MERCOSUL que está nos obrigando a isso, para que nos tornemos mais competitivos.

Então, a grosso modo, trouxe-nos muito mais vantagens do que problemas. Trouxe um problema seriíssimo no trigo. Paraná e Rio Grande do Sul foram muito prejudicados com isso. Mas o país como um todo, ganhou e está ganhando com isso. Não com a produção menor de trigo, mas com a abertura econômica. E se queremos ganhar competitividade em relação à Europa, Japão e Estados Unidos, temos que passar por esse processo. E todo processo de mudança implica em desgaste, em reclamações, em críticas. Isso é uma exigência da evolução.

É claro que já disse antes aqui, também, que não podemos ser açodados na abertura como foi o Ciro Gomes em dezembro, mas também não podemos ficar parados, porque um setor ou outro exige providências de mais profundidade.

Quando o Deputado Pessuti fez seus comentários, eu, num determinado momento das suas palavras, estava imaginando que tipo de regime queremos para nossa agricultura. Quer dizer: é um regime estatizado? Que

quando se pede preço mínimo para tudo, estamos pedindo a estatização do setor. É isso que se quer? Ou é o regime liberal com a competição prevalecendo nas relações comerciais, e óbvio, com o apoio do governo em determinados produtos ou em determinadas regiões carentes deste apoio. Mas é uma coisa restrita, não é uma coisa ampla.

Então, contesto que se for nesta linha que o governo tem que intervir em determinados produtos ou em determinadas regiões, estou de pleno acordo e serei um ótimo Ministro. Se for para o governo dar sustentação a uma política centralizada de produção, não serei o melhor Ministro. Porque não é a minha linha de pensamento. Agora, que temos que criar as condições para que a agricultura de desenvolva e seja competitiva, isso é função do governo e temos que criar essas condições.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado Walmor Trentini com a palavra.

O SR. WALMOR TRENTINI - Excelentíssimo Senhor Ministro, queremos agradecer também a sua presença aqui que engrandece esta Casa, engrandece o Paraná e a agricultura de todo o país.

O Senhor já fez a colocação que produzir neste país é fácil, o difícil é achar para quem vender. Também colocou, e estamos cientes de que a política futura agrícola está se encaminhando, mas temos algumas pendências do passado que trato agora e gostaria de falar com o Senhor, especificamente a respeito dos mandiocultores, a cultura e a produção de farinha de mandioca.

O Senhor esteve em Paranavaí em janeiro deste ano e recebeu dos produtores e industriais de farinha de mandioca, um pleito sobre a farinha de mandioca. Agora no mês de março, novo pleito foi feito a Vossa Excelência, agora já tratando das dívidas desses mandiocultores. Tudo isso também tem a ver com o preço mínimo que hoje está fixado em 8,68 a saca e esse preço não atinge a produção, os estoques de farinha não pagam as dívidas dos produtores.

Temos no Brasil estoques de farinha de mandioca estimados em 4 milhões de sacas, dos quais 75% são do Paraná e isto, segundo os técnicos, seria possível, seria necessário o suficiente para o consumo de dois meses no país. O pleito dos mandiocultores seria a inclusão da farinha de mandioca na merenda escolar, seria a inclusão da farinha de mandioca nesses programas de combate à fome e agora se isto for possível, ou o Governo adquirir essa produção para poder liberar recursos para que a produção que estamos hoje no noroes-

te do Paraná, colhendo uma nova safra e com a safra anterior estocada.

Então, reivindicam os produtores de farinha de mandioca isto: a renegociação das dívidas com um prazo, com uma carência mínima de dois anos ou aquisição dessa produção pelo Governo Federal para propiciar recursos para que essa atividade continue, já que na agricultura a mandioca nos parece ser a maior fonte geradora de mão-de-obra do trabalhador rural. Gostaria de ter o seu pronunciamento a respeito desta posição.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Como já disse antes, Deputado Walmor Trentini, nós autorizamos a aquisição de farinha de mandioca em algumas regiões, obviamente que se Paranavaí não está incluída, deve ser incluída. E também já foi autorizado nesse acordo com o Congresso Nacional a renegociação das dívidas do custeio da safra 94/95. De modos que estas duas medidas eu imagino que atende se não satisfatoriamente o problema dos produtores de farinha, dos farinheiros, pelo menos não deixa ela com tratamento diferenciado dos demais produtos do Brasil.

Como disse antes é um ano difícil, a maioria dos produtores sai com algum prejuízo este ano das suas atividades pelo volume da safra, pelos apertos do orçamento nacional, pelos altos custos da produção agrícola deste ano pela implantação do Plano Real que trouxe no seu bojo algumas distorções eu acho que corrigiu mais do que trouxe, mas trouxe algumas sem dúvida, da crise do México que perturbou a comercialização. Uma outra coisa que eu não mencionei, mas que é uma cobertura para os produtores, contemplada pelo Plano Real, o aumento do poder aquisitivo da população de uma maneira geral. E agora em maio fico me indagando qual será o efeito do salário mínimo no aumento de consumo, conseqüentemente nos preços, a partir do dia 15, 20 de junho em diante.

Acho que teremos uma reversão desse quadro bastante significativa, o aumento do salário mínimo é expressivo, é significativo e vai permitir um aumento de consumo grande dos gêneros de primeira necessidade, principalmente dos produtos agrícolas. Então são essas coisas que o Governo está fazendo concretamente aliada a um programa de estabilização da moeda que vai viabilizar o Brasil, mas nós estamos passando essas mudanças, é um momento realmente de muita complexidade e de dificuldade mas que com a ajuda de Deus, com o apoio da população brasileira que está apoiando o Governo, as pesquisas mostram isso, o grau de confiança é grande, nós haveremos de atravessar esses momentos difíceis e colocar o Brasil na estabilidade

econômica e em condições de crescimento de 8, 9, 10% ao ano, de um crescimento sustentado, sem esta especulação financeira e que hoje ainda impera em alguns momentos.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente o Ministro José Eduardo está exatamente a duas horas e doze minutos fazendo exposições e respondendo as perguntas da Casa, e sabendo a agenda do Ministro eu proporia, Senhor Presidente, se o Plenário acolher que a gente estendesse no máximo por mais dez minutos esse encontro com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de colocar à apreciação do Plenário, queria tão somente informar ao ilustre Deputado Antônio Belinati que o Ministro José Eduardo esteve conosco lá em baixo no Plenarinho antes de chegar a esta sessão por mais de uma hora fazendo exposição e debatendo com os Senhores ligados à agricultura. E convido o ilustre Deputado que se encontra ao meu lado, Presidente desta Casa para assumir o trabalho e decidir a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Ministro disse que guerra é guerra, vamos reduzir as perguntas para três minutos e vamos ouvir todos os inscritos. Senhor Edgard Bueno com a palavra.

O SR. EDGARD BUENO - Senhor Ministro da Agricultura José E. Vieira, Senhor Secretário da Agricultura Hermas Brandão, cumprimentando-os, cumprimento os demais componentes da Mesa desta Casa.

Senhor Ministro vivemos momentos de tensão, de grandes preocupações e também de grandes transformações, e percebemos que uma parcela da sociedade brasileira é pessimista, a outra parcela torce muito pelo quanto pior melhor, e alguns você não consegue identificar o seu lado, ouvem os dois lados, emitem opiniões sem a sociedade realmente perceber de que lado estão. Estamos do lado da maioria do povo brasileiro que acredita que com mãos firmes, com firmeza nas suas opiniões vamos construir um Brasil melhor e vamos recuperar principalmente o setor produtivo.

Acompanhei o Governador Jaime Lerner e o Presidente Fernando Henrique e Vossa Excelência no lançamento das Vilas Rurais lá em Apucarana, gostaria de saber a sua opinião pessoal sobre o que acontecerá com as Vilas Rurais a médio e a longo prazo. Mas vou abrir mão desta pergunta Senhor Ministro pelo adiantado da hora e porque parte dela o Senhor já respondeu ao Deputado Jocelito.

A minha preocupação é quanto a safra do trigo, o Oeste do Paraná que deverá es-

tender o plantio até o dia 10 do próximo mês está com uma preocupação, recebi hoje da cooperativa de Cascavel e me pediram para lhe transmitir essa preocupação e ver se o Senhor tem uma resposta.

O Banco do Brasil não está financiando aos agricultores que já estão com todas as suas terras preparadas apenas aguardando o financiamento do Banco para o plantio. O Banco do Brasil está interpretando também que os juros desses financiamentos seriam aplicado a TJLP, e os agricultores interpretam que a nova política anunciada a poucos dias de juros seja aplicada essa para a safra do trigo que se encerra não mais no que dez a doze dias.

Queríamos saber se o Senhor tem alguma resposta no sentido de que o Banco do Brasil vai financiar e quais serão as suas políticas de taxas de juros, se a TJLP ou a nova política do governo?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Os financiamentos com recursos do Tesouro, serão feitos a 16%, aqueles recursos do compulsório, toda a fonte de recurso do Banco Central ou o Tesouro. A fonte de recurso de 63, obviamente será a correção cambial e à taxa máxima de 16%. Esse recurso do trigo é um recurso do FAT. Imagino também que deverá ser aplicada 16%, mas exige uma mudança no convênio que foi feito entre o FAT e o Banco do Brasil. Se o FAT não concordar, apesar de que há uma disposição do Tesouro de garantir a equivalência de taxa para aplicação desse recurso, mas isso não ficou muito claro no acordo e precisa ser clareado nessa semana.

Então imagino que esses recursos serão a 16 conforme foi feito o acordo para o trigo também, já para essa safra.

O SR. EDGARD BUENO - É possível, Senhor Ministro, haja vista a urgência do assunto, principalmente com relação à questão da região oeste do Paraná, a liberação imediata desses recursos?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - O empréstimo só poderá ser feito depois da edição da medida provisória por parte do Presidente. É intenção da equipe econômica, editar-se a medida provisória, terça-feira, o mais tardar, quarta-feira. Na edição da medida provisória, todos esses aspectos ficarão clarificados e os agricultores e o Banco do Brasil saberão como se conduzir nesse processo.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, Senhor Ministro. Em setembro, o preço da arroba do algodão estava cotada a seis reais. Hoje está valendo apenas cinco reais. Ainda a ser comercializada com prazo de 30 dias para pagamento.

Pergunta-se que providências estão sendo tomadas com relação às dívidas desses agricultores, haja vista que esses agricultores ficarão devendo, os agricultores do algodão, cerca de 50% para os Bancos, junto ao Banco do Brasil e por não poder pagar a sua dívida em razão da diminuição do preço, qual a prorrogação de prazo na proposta do Ministério da Agricultura para a quitação dessas dívidas, haja vista que no próximo ano, os agricultores deverão, por força das circunstâncias, contratar novos empréstimos junto ao Banco do Brasil.

A segunda pergunta: com relação ao INCRA. O INCRA tem incrementado a sua política de desapropriação, assentando aqueles trabalhadores previamente cadastrados.

Temos casos no Paraná, de alguns municípios que têm área declarada de utilidade pública para fins de reforma agrária e que a princípio, o INCRA não tem a política de assentar ali naqueles municípios, "os sem-terra", daquela localidade. Gostaria que o Ministro, com a força que tem, com o cargo que ocupa, determinasse ao INCRA, mesmo naqueles casos que não exista o levantamento prévio dos "sem-terra" naqueles municípios que têm área declarada de utilidade pública para que extraordinariamente o INCRA pudesse fazer o levantamento dos "sem-terra" daquelas comunidades, para que se dê preferência aos municípios efetivamente que têm o problema com os "sem-terra".

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Bom, com respeito ao algodão os preços internacionais e o algodão importado tem sido vendido a preços bastante superiores aos preços praticados internamente.

Então, há por aí uma questão de qualidade do algodão muito importante, muito séria, que influi na política de preços do produto. As informações disponíveis dão conta de que o algodão foi bastante rentável este ano, não só pelos altos preços praticados externamente, quanto pela produtividade e pelo custos internamente. Outro dia, fui surpreendido por alguns movimentos no interior de São Paulo, paralisando cidades, movimentos de rua. Aí telefonei lá para os produtores e disse: "Puxa, semana passada os jornais davam conta de que o algodão estava com preço ótimo, muito bom, não sei o quê, e agora vocês estão aí neste movimento?"

"Ah, pois é, mas essa semana mudou e não sei o que e o preço caiu de 7 para 6, de 8 para 6." E eu perguntei qual era a produtividade na região e me confessaram que era muito baixa, algodão de péssima qualidade e eu disse: "Escuta, mas quem é que veio aqui em Brasília, porque eu estou sendo surpreendido por este movimento.

Ninguém me falou nada de problema de algodão." E eles estavam numa reunião e aí ouvi que eles conversaram, conversaram e me disseram: "Ninguém esteve aí em Brasília, ninguém falou nada." Aí disse: "Pois é, mas vocês estão fechando Banco, cercando rua, queimando algodão e querem que eu adivinhe, querem que eu tenha bola de cristal. Assim fica difícil!"

Há muito aproveitamento neste questão aí, nesses últimos dois meses. Há muitas situações. São problemas diferentes por produto, por regiões, não podem ter o mesmo tratamento. Não gosto de generalizar crítica, porque acho que a gente erra muito quando generaliza, mas peço a reflexão para esses aspectos. Realmente encontramos dificuldades a nível nacional, mas tem muita gente querendo se aproveitar da situação. Tem muita gente imputando a este Governo problemas herdados, como disse antes, há 10, 15 anos. Nesta questão do algodão aqui no Paraná, já quiseram me sacrificar numa crítica totalmente equivocada.

Quando ocupei o Ministério interinamente, no Governo Itamar, em 93, outubro de 93, quebrei um tabu que havia no Ministério - histórico - que era não permitir importação de sementes, e eu permiti, em 30 dias consegui fazer importar sementes produtivas de algodão. Com aquilo, a EMBRAPA se sentiu pisada e também se dedicaram a pesquisar mais. E hoje, temos sementes altamente produtivas que resistem ao bico, inclusive, mas é o que digo: não se pode colocar um preço mínimo alto para o algodão, proibir importações de algodão, porque no Paraná, numa região, em São Paulo em outra e mesmo no Nordeste, tem uma produtividade baixa. Quer dizer, não podemos condenar 150 milhões de brasileiros a pagar o dobro pela camisa porque, em determinadas regiões, se produz 100, 150 arrobas de algodão por alqueire. Quando em São Paulo, no Paraná e lá no Nordeste, tem regiões que produzem 600, 700, 800 arrobas por alqueire.

E tem em São Paulo, regiões que produzem mais de mil arrobas por alqueire. Quem produz 200 toneladas, vai ter prejuízo com o algodão.

Não há milagre!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senador Gomes de Carvalho com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES DE CARVALHO - Senhor Ministro, ouvi atentamente a sua palestra na primeira fase, lá no Plenário, e agora aqui.

Antes de fazer a pergunta, gostaria de fazer um comentário, uma reflexão: nós temos uma democracia jovem no País, não muito acostumada ao debate, e apreciei a ma-

neira democrática como o Ministro se colocou neste debate, onde nesta Casa de representação máxima popular do povo paranaense, todas as perguntas foram colocadas e lhe conheço muito bem e foi que Vossa Excelência é avesso ao aparecimento útil, sem consistência, mas que trata das questões de interesse do povo do Brasil com determinação e coragem.

Agradou-me ouvir de Vossa Excelência um assunto que foi falado de passagem, que é o zoneamento agrícola. Sabemos que o zoneamento agrícola não depende nem de lei sequer, depende de Decreto, Decretos Estaduais e que o Ministério da Agricultura poderia perfeitamente, como diz Vossa Excelência, acelerar este processo. Especialmente no Paraná nos preocupa porque já tivemos a monocultura do café, que foi um determinado momento importante para a economia paranaense e depois danosa sob vários aspectos. Nós, filhos do Norte Pioneiro, a exemplo de Vossa Excelência, sabemos que o cultivo, por exemplo, da cana-de-açúcar, tão necessária, que através da cana-de-açúcar se fez, se criou a possibilidade das usinas de álcool, que inclusive viabilizou a indústria automobilística nacional, num determinado momento de segurança nacional.

Temos acompanhado no Norte do Paraná, e principalmente, começando de Jacarezinho e adentrando ao Norte novo, já temos uma extensa área dos nossos canaviais em terras que poderiam efetivamente estar plantadas outras culturas. Vejo agora o avanço dos canaviais em outras regiões produtivas do Paraná, em terras tão férteis como só as iguais lá da Patagônia. Então, é evidente que não somos contra o desenvolvimento da indústria do álcool e do açúcar, mas pergunto a Vossa Excelência, se passa pela sua cabeça um plano efetivo e rápido no sentido, aqui especificamente no Paraná, de promovermos o mais rápido possível o zoneamento agrícola?

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Está é uma questão que tem vários aspectos a serem considerados: a questão econômica, a questão social, a questão fundiária, a questão do ecossistema, do meio ambiente, e confesso não estar preparado para responder de pronto a questão colocada.

Acho que isto envolve uma ampla discussão com os especialistas: EMBRAPA, Secretaria de Agricultura do Estado, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e mesmo órgãos externos da área governamental, grandes cooperativas nossas que têm técnicos altamente competentes e habilitados para discutir isso de uma forma bastante ampla, para que não cometamos erros que possam prejudicar o bom desenvolvimento econômico e social

do nosso Estado.

Ao colocar o tema do zoneamento agrícola, estou pretendendo é levantar a discussão. Acho que merece um amplo debate, é necessário até por uma questão de se evitar grandes desperdícios que tem se cometido no Brasil. Quer dizer, ao se adotar uma política de crédito geral para o Brasil inteiro, igual, sem zoneamento agrícola, está se jogando dinheiro fora, está se investindo em áreas de baixa produtividade que não contribui para o desenvolvimento social e econômico da região.

Então, a minha idéia, neste primeiro momento, é justamente de provocar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Ministro, Senhor Presidente, nosso amigo vice-Prefeito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho.

Queria dizer da satisfação de recebermos aqui nesta Casa o Ministro que tem tradição na agricultura, que já vem de berço da sua família, do Senhor Avelino Vieira, que se não me falha a memória na época montou um Banco para formar uma cooperativa entre os seus companheiros agricultores, portanto Vossa Excelência tem essa tradição muito embora alguns não queiram compreender isso, não queiram admitir que um banqueiro possa ser agricultor, é a mesma coisa do que não admitir que o Carvalhinho que começou a trabalhar aos 12 anos de idade não pudesse a ser Senador, vice-Prefeito, Prefeito de Curitiba.

Então acho que essa colocação que alguns fazem evidentemente não corresponde e nós temos o maior orgulho de termos depois de tantos anos dois Ministros, Vossa Excelência e o Deputado Federal Reinhold Stephanes.

Nós que na última sexta-feira juntamente com o Presidente da Casa Deputado Anibal Khury, com o Carvalhinho estivemos em Apucarana e Vossa Excelência viu o projeto feito pelo Governador Jaime Lerner, não vou fazer a pergunta porque já foi feita aqui pelos demais companheiros, e tenho certeza que Vossa Excelência saiu de lá bem impressionado e tenho certeza que vai ajudar o Governador Jaime Lerner a angariar recursos para podermos fazer outras 200 Vilas Rurais até o final deste ano.

Mas queria também, Senhor Ministro, não vou lhe fazer perguntas porque os companheiros que me antecederam já esgotaram praticamente o tema, mas quero fazer entrega a Vossa Excelência de um documento que me é encaminhado pela Secretaria Municipal de Abastecimento, da Prefeitura Mu-

municipal de Curitiba que tem conhecimento que Vossa Excelência vai lançar nos próximos dias um projeto muito importante que é o programa da agricultura familiar. E me pedem os funcionários, diretores da Secretaria e também os Prefeitos da região metropolitana, e nós somos vinte e cinco municípios da Região Metropolitana, que V. Exa. lance esse Projeto aqui em Curitiba ou num município da Região Metropolitana.

Então queria apenas passar a suas mãos esse documento na certeza de que V. Exa. poderá atender a esse pedido.

No mais cumprimentá-lo pela sua exposição, cumprimentá-lo pelo trabalho, sabemos das dificuldades que V. Exa. enfrenta neste momento, em que o Presidente enfrenta uma série de dificuldades, o País todo está em dificuldades, então não se pode exigir milagres de uma hora para outra.

Mas quero dizer mais uma vez da satisfação de tê-lo aqui nesse Plenário que se valoriza com a presença do Ministro, numa Sessão que teve a presença de grandes empresários, de agricultores de todos os setores no Plenarinho da Casa e agora aqui no Plenário desta Assembléia. Fico feliz com a sua presença e tenho certeza e torço e acredito na sua competência à frente do Ministério.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Toti Colação com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇÃO - Senhor Ministro, Senhor Presidente, componentes da Mesa.

Teria algumas perguntas para fazer, dado ao adiantado da hora, não vou fazer perguntas, quero apenas dizer ao nosso Ministro José Eduardo de Andrade Vieira que a grande preocupação que existe na nossa agricultura hoje é a respeito do PROAGRO, algumas pendências e ainda o fato de ser um instrumento que asseguraria alguma coisa do agricultor, e na verdade segundo o entendimento dos agricultores não está assegurando nada.

Quero apenas saber do nosso Ministro qual seria a possibilidade de se implantar um seguro agrícola a nível de País, de Estado, um instrumento parecido com o seguro para proteger nossos agricultores. E queria aproveitar o momento para agradecer a presença do Ministro aqui nessa Casa hoje à tarde, mas agradecer a sua presença lá na minha região, estive em Prudentópolis juntamente com o Nereu e o Deputado Techy representando aquela região, com o Secretário Hermas Brandão, com os Deputados Federais o Paulo Cordeiro e o Santini, assim com as autoridades ligadas à área agrícola. Agradecer porque as reivindicações

que lá foram feitas através das Cooperativas, dos Sindicatos, algumas delas já foram atendidas.

Destacaria aqui um dos pleitos inicialmente antes daquele encontro quando V. Exa. determinou a aquisição de cento e cinquenta sacas de milho por pequeno agricultor, para muitos talvez... o que representa isso, o que são cento e cinquenta sacas? Foi de grande importância para o pequeno agricultor.

Sou de Irati, sou daquela região, tudo ali é minifúndio. Foi de grande importância aquela sua decisão.

A segunda grande decisão que aconteceu em cima daqueles pleitos feitos através das Cooperativas, da classe produtora agrícola da nossa região, diz respeito à aquisição através das AGFs, do feijão até o tipo 5, que foi o pleito de toda a classe agrícola e principalmente pequenas e médias produtoras da Região Centro-Sul do nosso Estado e qual foi a grata surpresa nossa, há oito dias atrás, quando, estampado na imprensa, tive o prazer de divulgar pelas emissoras de rádio de Irati, que V. Exa. determinou através do Banco do Brasil, a aquisição desses produtos até o tipo 5.

Congratulo-me com V. Exa. e quero associar-me às palavras do Deputado Caíto Quintana, quando fazia as colocações dizendo que se V. Exa., puder, cada vez mais dar um apoio exclusivo para o nosso Estado, seremos muito gratos. No Rio Grande do Sul, as Universidades Federais são todas pagas pelo Governo Federal.

As nossas são pagas pelo Estado do Paraná.

Então, a contrapartida é a sua presença lá e o reforço que traz para o Governo de um atendimento diferenciado ao nosso Estado.

Muito obrigado pela atenção e meus parabéns pela Sessão de hoje também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Ministro, teria várias colocações a fazer, mas resumo em poucas palavras.

Há um pensamento geral da classe produtora que o Ministério enfrenta vários problemas de se impor perante a atribuída importância dada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso aos demais setores da área econômica.

Entendemos que falta uma política agrícola duradoura para o Brasil, para mostrar uma perspectiva de investimento para o setor agrícola, investir na mudança de hábito para enfrentar as novas condições impostas pelo mercado internacional especialmente na questão do MERCOSUL, a

mudança de hábito não pressupõe somente uma política de crédito agrícola, mas uma política agrícola abrangente e quando digo mudança de hábito, é mostrar rumos, com técnicas, com investimento em pesquisas que não demandam tanto recurso como os problemas sociais advindos da frustração da agricultura que faz a quebradeira geral como tem acontecido, a exemplo de ontem, no Globo Rural, onde o Senhor Largura, que saiu do Sudoeste, está treze anos no Mato Grosso, chorou em frente às câmeras, numa situação perigosíssima do ponto de vista do setor estratégico que é a agricultura.

Mas levanto duas questões:

Primeiro, quanto ao problema, manifestado por vários documentos. Um dos documentos é da Câmara Municipal de Guaraniaçu que traz a preocupação com relação à questão do ITR, embutido junto a cobrança do Imposto Territorial a taxa confederativa, com valores que chegam a 1000%. Gostaria de uma interveniência de V. Exa. nessa questão.

Por outro lado, uma reivindicação da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Palmeira, São José do Triunfo, São Mateus, Irati, Mallet, Rebouças e outros, sobre a possibilidade do Banco do Brasil ter uma linha de crédito para manutenção familiar, para o sustento da família, enfim, para valer a pena investir, especialmente na questão da mão-de-obra e sustento do homem do campo.

Obrigado.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Antes de responder ao Deputado Irineu, agradeço as palavras do Deputado Toti Colaço e queria informar com respeito ao seguro agrícola, ao PROAGRO, entrou no bojo desse acerto e deverá ser liquidada essa pendência muito rapidamente.

Com respeito ao seguro agrícola, várias tentativas já foram feitas no Brasil e não prosperaram em função da baixa produtividade da agricultura brasileira e diria que da falta de algumas diretrizes de política agrícola do País. Uma delas é a do zoneamento, porque até mesmo o trigo que tantos problemas tem causado na agricultura, em algumas regiões do Paraná, ele é rentável, poderia perfeitamente ser feito seguro da operação do soja, do milho. Quem colhe acima de cinco mil quilos não teria problema maior em conseguir um seguro a custo baixo. O problema é naquela operação de baixa produtividade. Então diria que, fazer um seguro de quem não aplica as tecnologias modernas, não usa semente adequada, não tem controle correto sobre os insumos que aplica, é como fazer seguro de uma casa que está pegando fogo.

Por isso fracassou o PROAGRO velho, fracassou o PROAGRO novo e fracassará

qualquer seguro que seja implementado.

Porque o seguro é feito para uma operação normal, que tenha um mínimo de garantias, de resultados positivos. E o seguro, então, é contra uma catástrofe e por isso ele deve ter um custo barato. O que não ocorre na agricultura.

Com respeito ao ITR, houve, realmente, um descompasso na aplicação de índices por parte da receita. Quero primeiro informar que o Ministério da Agricultura não tem nada a ver com ITR. Quem estabelece a taxa do ITR é a Receita Federal com base em informações do IBGE. Então não temos nenhuma participação nisso. Mas recebi milhares de protestos e conversando com o pessoal da Receita a conclusão é de que esse imposto é muito pequeno. E mesmo essas pessoas que tiveram aumento de 1000% de 500% o imposto a ser pago é irrisório em relação ao que se produz ou ao valor da terra. Então diria assim que contudo haja muitas discrepâncias não vale a pena discutir porque o valor do imposto, realmente, é insignificante. Tem algumas exceções. Como em alguns casos no Pantanal do Mato Grosso onde os pecuaristas, os proprietários para cumprirem com o pagamento do ITR teriam que vender quase que metade do seu rebanho. Então nesses casos a Receita está fazendo uma revisão. E se aqui no Paraná tiver algum município onde o imposto seja alto em relação ao valor da terra, se a Prefeitura fizer um Ofício à Receita Federal eles irão rever o valor do imposto.

O SR. IRINEU COLOMBO - Apenas me permita: o questionamento, exato, não é da competência do Ministério mas da interveniência dele, é isso que queremos. Porque a relação é com a taxa confederativa que é altamente suspeita essa contribuição.

O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO - Isso realmente a Receita não explica. Mas consegui, por interferência nossa, que onde o valor seja considerado elevado, mediante um Ofício da Prefeitura seja feita uma revisão. E com respeito aos comentários iniciais, não tenho tido dificuldade nenhuma de entendimento com a equipe econômica.

E mencionei no início da minha palestra a questão do pagamento a vista para importação de milho, que conseguimos muito rapidamente, e que demorou por injunções burocráticas dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio e Turismo. Não foi por dificuldades de entendimento ou de posições, seja do Ministro Malan ou de qualquer outro.

Nosso entendimento tem sido muito bom, o Presidente da República tem dado o apoio necessário.

Agora, é verdade que para os produtores, como a questão da comercialização, isso acontece em dois meses, têm algumas decisões que, pela própria natureza demoram duas, três semanas para acontecer e três semanas é um tempo demasiado para uma comercialização de safra que é feito em oito semanas, mas a nível de Presidente da República, de Ministro da Fazenda, que tem tantos afazeres, quer dizer, não posso estar todo dia convocando reuniões para discutir o mesmo assunto. Um assunto que foi discutido hoje, tenho que dar pelo menos para uma semana para voltar a ele para re-discutir, para redefinir ou enfatizar determinadas posições.

Então, contudo haja pressa na tomada de decisão a própria reflexão de determinados esquemas exige um intervalo de uma semana entre uma reunião e outra, o que para quem está sofrendo na ponta é muito tempo, não é que pareça ser muito tempo, efetivamente é muito tempo, mas que não temos condições de até pelas conseqüências das decisões, pela complexidade dos assuntos e pelas dificuldades orçamentárias, não se pode dar solução de um dia para o outro.

Mas eu diria que com todas essas dificuldades, acho que as decisões aconteceram

com relativa rapidez. A implementação delas foi mais demorada do que o desejável.

Demorou-se mais ou demora-se mais para implementar as decisões, muitas vezes, do que para tomá-las.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados Silvestri, Trevisan, Deputado Moura e Elio Rusch estavam inscritos, declinam, para que Sua Excelência o Ministro possa dar uma entrevista coletiva à imprensa.

Agradecemos a presença do Ministro e queremos dizer da nossa satisfação em recebê-lo nesta casa e também ressaltar o espírito democrático do Ministro quando respondeu às perguntas dos empresários e principalmente dos Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná está de parabéns com a visita do Ministro.

Esta Presidência, com base no Artigo 192 do Regimento Interno, abre prazo por três dias consecutivos, a partir de amanhã, dia 30 do corrente mês, para oferecimento de emendas com apoioamento constitucional e regimental à proposição de emenda a Constituição do Estado do Paraná, conforme a Proposição nº 016/95.

Levanta-se a sessão.